

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL  
PLAGEDER**

**JOSIANE CARBONI**

**FATORES DETERMINANTES PARA A SUCESSÃO RURAL FAMILIAR E  
PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO MUNICÍPIO DE RELVADO/RS**

**Porto Alegre**

**2022**

**JOSIANE CARBONI**

**FATORES DETERMINANTES PARA A SUCESSÃO RURAL FAMILIAR E  
PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO MUNICÍPIO DE RELVADO/RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Antônio Conterato

Coorientadora: Adriana Aparecida Moreira

**Porto Alegre**

**2022**

### CIP - Catalogação na Publicação

Carboni, Josiane

Fatores determinantes para a sucessão rural familiar e permanência dos jovens no município de Relvado/RS / Josiane Carboni. -- 2022.

56 f.

Orientador: Marcelo Antonio Conterato.

Coorientadora: Adriana Aparecida Moreira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Sucessão rural. 2. Agricultura familiar. 3. Jovens rurais. 4. Êxodo rural. 5. Desenvolvimento rural. I. Conterato, Marcelo Antonio, orient. II. Moreira, Adriana Aparecida, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**JOSIANE CARBONI**

**FATORES DETERMINANTES PARA A SUCESSÃO RURAL FAMILIAR E  
PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO MUNICÍPIO DE RELVADO/RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 18 de julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Marcelo Antônio Conterato – Orientador  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof. Dr. Adriano Lago  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - Campus Palmeira das Missões

---

Prof. Me. Jeferson Tonin  
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

## RESUMO

A sucessão familiar está cada vez mais presente no debate sobre o futuro da agricultura familiar, com impacto direto nas propriedades rurais e mesmo na economia e na demografia municipal. Os efeitos, especialmente da não sucessão na agricultura familiar podem ser sentidos com maior intensidade nos municípios agrícolas, como o município de Relvado/RS, objeto deste estudo. Este estudo traz como elementos referenciais o êxodo rural, a agricultura familiar e a sucessão rural e o jovem, além de localizar e descrever o município de Relvado no contexto do desenvolvimento rural. A pesquisa buscou identificar os fatores que determinam a permanência dos jovens no meio rural e o processo de sucessão familiar nas propriedades do município em estudo. Para responder ao objetivo principal, o estudo verificou o papel das integradoras na decisão do jovem por permanecer nas propriedades, identificou os fatores relacionados à infraestrutura das propriedades capazes de influenciar a permanência dos jovens no meio rural e, identificou como as perspectivas dos jovens do meio rural afeta o desenvolvimento socioeconômico do município de estudo. A metodologia adotada para responder aos objetivos foi através de entrevista realizada com questionário, aplicada a 20 jovens rurais com idade entre 15 e 29 anos, sendo eles sucessores ou potenciais sucessores rurais nas suas propriedades. Metade destes jovens possui atividade de criação animal integrada (avicultura ou suinocultura) nas suas propriedades e a outra metade possui a atividade agrícola associada ou não à atividade de bovinocultura leiteira. A partir dos resultados, verificou-se que a maioria dos jovens considera que o sistema de integração e o fato da propriedade estar bem estruturada com maquinários são elementos importantes para a sua permanência nas propriedades. Quanto às suas perspectivas, apontaram a demanda da criação de políticas públicas voltadas à sucessão rural no município além da necessidade de maior incentivo dos pais para que ocorra a sucessão nas propriedades, elementos estes que refletem e impactam o desenvolvimento socioeconômico municipal. Neste sentido, os resultados deste estudo reforçam a relevância das políticas públicas como pilares fundamentais para estimular a sucessão rural, assim como o incentivo e apoio familiar para a permanência do jovem nas propriedades, garantindo o desenvolvimento rural local também no futuro.

**Palavras-chave:** Êxodo rural. Agricultura familiar. Jovens rurais. Sucessão rural. Desenvolvimento rural.

## ABSTRACT

Family succession is increasingly present in the debate about the future of family farming, with direct impact on rural properties and even on the economy and municipal demography. The effects, especially of non-succession in family farming, can be felt with greater intensity in agricultural municipalities, such as the municipality of Relvado/RS, object of this study. This study brings as reference elements the rural exodus, family farming and rural succession and youth, in addition to locating and describing the municipality of Relvado in the context of rural development. The research sought to identify the factors that determine the permanence of young people in rural areas and the process of family succession in the properties of the municipality under study. In order to respond to the main objective, the study verified the role of integrators in the young person's decision to remain on the properties, identified the factors related to the infrastructure of the properties capable of influencing the permanence of young people in rural areas, and identified how the perspectives of young people in rural areas affect the socioeconomic development of the municipality of study. The methodology adopted to respond to the objectives was through an interview carried out with a questionnaire, applied to 20 rural young people aged between 15 and 29 years, they are successors or potential rural successors in their properties. Half of these young people have integrated animal husbandry (poultry or swine farming) on their properties and the other half have agricultural activity, associated or not with dairy cattle activity. From the results it was found that most young people consider that the integration system and the fact that the property is well structured with machinery are important elements for their stay on the properties. As for their perspectives, they pointed out the demand for the creation of public policies aimed at rural succession in the municipality, as well as the need for greater encouragement from parents so that succession occurs on their properties, that elements reflect and impact the socioeconomic development of the municipality. In this sense, the results of this study reinforce the relevance of public policies as fundamental pillars to stimulate rural succession, as well as the incentive and family support for the young person to stay on the properties, guaranteeing the local rural development in the future as well.

**Keywords:** Rural exodus. Family farming. Rural youth. Rural succession. Rural development.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>6</b>
1.1	OBJETIVO GERAL .....	9
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	9
<b>2</b>	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	<b>10</b>
2.1	EXÔDO RURAL .....	10
2.2	AGRICULTURA FAMILIAR.....	11
2.3	SUCESSÃO RURAL E O JOVEM .....	14
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>18</b>
3.1	TIPO DE ESTUDO.....	18
3.2	ÁREA DE ESTUDO.....	19
3.3	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	22
3.4	COLETA DOS DADOS .....	22
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>24</b>
4.1	CARACTERIZAÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO AMOSTRAL .....	24
4.2	PAPEL DAS INTEGRADORAS NA DECISÃO DO JOVEM POR PERMANECER NAS PROPRIEDADES .....	26
4.3	FATORES RELACIONADOS À INFRAESTRUTURA DAS PROPRIEDADES CAPAZES DE INFLUENCIAR A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO MEIO RURAL ...	30
4.4	AS PERSPECTIVAS DOS JOVENS DO MEIO RURAL E A SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO .....	34
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>43</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>46</b>
	<b>APÊNDICE A – ENTREVISTA/QUESTIONÁRIO APLICADO AOS JOVENS</b> .....	<b>51</b>
	<b>APÊNDICE B – QUADRO DOS RESULTADOS ABSOLUTOS DO QUESTIONÁRIO REALIZADO COM OS JOVENS RURAIS</b> .....	<b>54</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é fundamental para a subsistência das famílias do campo e para a economia de grande parte dos municípios brasileiros, especialmente para aqueles com até 20 mil habitantes, considerados de pequeno porte (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2017). Há também de se observar a relevância da agricultura familiar para garantir a dieta básica da população, já que a maior parte dos alimentos consumidos que compõem as refeições diárias, não só dos brasileiros, mas da população mundial, provém da agricultura familiar (BRASIL, 2019).

Del Grossi (2019) descreve que a definição formal da agricultura familiar brasileira está prevista na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 onde, em seu artigo 3º, estabelece as diretrizes básicas para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. O autor reforça o debate sobre o tema apontando a regulamentação dada pelo Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) e institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, o qual traz em seu artigo 3º os requisitos que a UFPA e o empreendimento familiar rural deverão atender para enquadramento e acesso às políticas públicas.

De acordo com o último Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE (2017) no Brasil, 77% dos estabelecimentos agropecuários são classificados como agricultura familiar, o que representa 3,9 milhões de estabelecimentos e uma área de 80,9 milhões de hectares. O censo ainda aponta que cerca de 70% dos estabelecimentos agropecuários do país possuem área entre 1 e 50 hectares, ou seja, trata-se de pequenas propriedades rurais.

A Lei Federal n. 11.326/2006 define pequena propriedade rural como sendo aquela com área entre um e quatro módulos fiscais (BRASIL, 2006). O módulo fiscal de cada Município é expresso em hectares, fixado pelo Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA) através de Instrução Especial. No município de interesse no presente estudo, Relvado/RS, um módulo fiscal equivale a 18 hectares, conforme determinação do INCRA através da Instrução Normativa Especial de nº 27, de 01 de junho de 2000. Sendo assim, uma pequena propriedade nesse município gaúcho possui área com até 72 hectares (INSTITUTO NACIONAL DA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, 2000).

Outro dado importante é em relação à população rural. Segundo dados apontados pelo IBGE (2017), 2% da população rural possui idade inferior a 25 anos, 74,8% têm idade entre 25 a menos de 65 anos e, 23,2% possuem 65 anos ou mais, prevalecendo a maioria (81%) do



sexo masculino. Esses dados mostram informações importantes sobre o envelhecimento da população do meio rural, além de evidenciar um desequilíbrio populacional em relação aos gêneros masculino e feminino, que pode possivelmente implicar em redução da população rural no futuro por falta de sucessão.

Há de se pensar que, para que haja a continuidade da agricultura familiar é fundamental que ocorra a sucessão rural nestas propriedades. A sucessão rural familiar é um assunto complexo, que envolve muitos fatores e que há tempo vem sendo alvo de estudos, visto que existe a necessidade emergente de se buscar estratégias para evitar a evasão rural dos jovens, fator que compromete a continuidade do negócio familiar, a economia dos municípios e até mesmo a produção de alimentos.

Um estudo realizado por Guilhoto *et al.* (2007) destaca que a agricultura familiar possui importância estratégica devido ao seu fundamental papel social na mitigação do êxodo rural e da desigualdade social do campo e das cidades. Por conta disso, o autor descreve que a agricultura familiar deve ser encarada como um forte elemento de geração de riqueza, não apenas para o setor agropecuário, mas também para a economia do país.

A agricultura familiar de pequena escala está bastante presente nos municípios interioranos tendo sua economia fortemente dependente da agricultura, sendo de vital importância a sucessão e a continuidade destas atividades de subsistência. Em uma pesquisa realizada por Schuster (2017), é mencionado que a problemática do êxodo rural e da sucessão na agricultura familiar vem ganhando importância nas instâncias acadêmicas, políticas, de extensão e de pesquisa, uma vez que estão fortemente relacionados ao futuro das propriedades rurais e da vida no campo, tendo em vista a sequente redução da população rural.

Por outro lado, o estudo desenvolvido por Troian e Breitenbach (2018) aponta que estudos sobre as juventudes do meio rural ainda são pouco expressivos, apesar de possuírem papel preponderante no processo de desenvolvimento rural. De acordo com os autores, há muito a ser descoberto acerca das percepções, anseios e motivações dos jovens rurais, os motivos que os fazem desejar sair e permanecer no meio rural, sua relação com os pais, com o trabalho, entre outros.

Para municípios essencialmente agrícolas e de pequeno porte como é o caso do município de Relvado/RS, a sucessão rural é vital para a sustentabilidade econômica municipal. Neste município, quase 90% do total da receita do ICMS é proveniente do setor primário, ou seja, da produção rural em pequena escala, das propriedades de agricultura familiar (RELVADO, 2022).

Em relação ao número de habitantes, Relvado é o 3º município do estado do RS e do Brasil com maior percentual (26%) de idosos (60 anos ou mais), ficando atrás somente dos municípios gaúchos de Coqueiro Baixo (29,4%), em 1º lugar, e Santa Tereza (27,1%), em 2º lugar (IBGE, 2010). Conforme dados dos Indicadores Sociais Municipais do Censo Demográfico (IBGE, 2010), a proporção de idosos no país teve um crescimento generalizado entre os anos de 2000 a 2010, onde nesta década, o percentual de pessoas com mais de 60 anos aumentou de 8,6% para 10,8%, sendo que a maior parte desta população se concentra em municípios rurais e de pequeno porte, com no máximo 11,5 mil habitantes. Já a proporção de crianças e adolescentes com até 14 anos de idade vem diminuindo no país, passando de uma população total de 29,6% em 2000 para 24,1% em 2010 (IBGE, 2010).

Estes dados demonstram que nesses municípios a população se mostra bastante envelhecida sendo uma realidade que exige políticas públicas específicas. No caso do município em estudo, tal situação reflete um cenário futuro preocupante ao se considerar que a economia municipal de Relvado é essencialmente agrícola e que a sua população local está envelhecendo.

Diante deste contexto, a sucessão rural é fundamental para a sustentabilidade socioeconômica do município, uma vez que a maior parte da renda municipal provém do setor primário, movido especialmente pela agricultura e atividades de criação tais como a avicultura, a suinocultura e a bovinocultura de leite. Estas atividades demandam mão de obra e gestão, o que torna o processo sucessório vital para a sobrevivência de uma propriedade rural. Neste sentido, é imprescindível identificar os fatores que determinam a permanência dos jovens no meio rural para garantir a sucessão familiar nas propriedades e aprimorar o desenvolvimento rural local.

Este diagnóstico também se faz importante, pois poderá contribuir para nortear os órgãos públicos municipal e estadual a desenvolver políticas públicas de estímulos à sucessão rural familiar, bem como o setor privado a trazer tecnologias e inovações que atendam as demandas dos diferentes sistemas produtivos das propriedades. Identificar os fatores determinantes para a sucessão rural no município é o ponto inicial para compreender o hoje e projetar o amanhã no meio rural local.

Neste sentido, este trabalho tem por objetivo identificar os fatores determinantes para a permanência dos jovens no meio rural e a sucessão familiar nas propriedades no município de Relvado/RS. Para isso, o presente estudo busca responder a seguinte questão problema: Quais são os fatores determinantes para a sucessão rural familiar e permanência dos jovens no município de Relvado/RS?

## 1.1 OBJETIVO GERAL

Identificar os fatores que determinam a permanência dos jovens no meio rural e o processo de sucessão familiar nas propriedades do município de Relvado/RS.

## 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) verificar o papel das integradoras na decisão do jovem por permanecer nas propriedades;
- b) identificar os fatores relacionados à infraestrutura das propriedades capazes de influenciar a permanência dos jovens no meio rural;
- c) identificar como as perspectivas dos jovens do meio rural afeta o desenvolvimento socioeconômico do município.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Na sequência, está apresentada a revisão bibliográfica utilizada para o desenvolvimento do presente trabalho junto ao município em estudo.

### 2.1 EXÔDO RURAL

O processo de saída das pessoas da zona rural para a zona urbana tem esvaziado a população do campo a nível global (SILVA; ANTONIAZZI; NOVAK, 2019). De acordo com Franciscon (2019, p.12), o êxodo rural é um movimento social que cresce de forma desordenada no Brasil. Segundo Portela e Visentini (2009<sup>1</sup> *apud* HEIN; SILVA, 2019, p. 401), o êxodo rural é o processo de migração rural urbana, por meio do deslocamento de populações do campo para as cidades, tendo por consequência, uma intensa urbanização. Silva; Antoniazzi; Novak (2019, p. 66) por sua vez, descrevem que o êxodo rural se caracteriza pela migração da população da zona rural para a zona urbana em busca por melhores condições de vida.

A questão do êxodo rural é complexa e deve ser observada com atenção em razão das suas consequências. Neste contexto, Franciscon (2019, p. 12) descreve que “[...] o êxodo rural está crescendo, aumentando a escassez de mão de obra no campo [...]”.

Franciscon (2019, p. 14), descreve que o êxodo rural “[...] trata-se de um elemento diretamente associado a várias dinâmicas sócio espaciais, tais como a urbanização, e a concentração fundiária e a mecanização do campo. Paula e Taschetto (2019, p. 193), afirmam que “[...] êxodo rural, ocorre em uma pequena parcela desta sociedade regional – pais e filhos de camponeses – que são influenciados cultural e economicamente pelo global de forma consciente ou inconscientemente no seu dia a dia”.

De acordo com Silva, Antoniazzi e Novak (2019, p. 78), o êxodo rural, especialmente dos mais jovens, se torna ainda mais preocupante uma vez que a população rural está envelhecendo e deste modo a sucessão familiar fica comprometida, necessitando criar condições que garanta sua autonomia na gestão do estabelecimento rural gerando oportunidade de renda e de inserção social e tecnológico. O êxodo rural, a partir da diminuição dos jovens na comunidade poderá resultar em pequenas propriedades sem herdeiros, correndo o risco de essas terras serem adquiridas por um grupo ou um só

---

<sup>1</sup> PORTELA, Fernando; VESENTINI, José William. **Êxodo rural e urbanização**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2009.

proprietário, transformando os minifúndios com produção diversificada em latifúndios dependentes da economia de mercado (PAULA; TASCETTO, 2019).

Existem também as situações em que as das propriedades possuem herdeiros, mas não possuem sucessores. Neste contexto, Boscardin e Conterato (2017 p.690), descrevem que:

Nos casos das propriedades terem herdeiros e não terem sucessores, a possibilidade de venda das propriedades herdadas pelos filhos é evidente, sobretudo nos casos em que os mesmos já traçaram seu futuro com olhos voltados para fora do meio rural e da própria agricultura. Com isso, reside a possibilidade de manutenção da produção agrícola, porém aumentam as chances de incorporação destas propriedades a propriedades de maior porte [...].

Neste sentido é notório e de extrema urgência e relevância a necessidade de sessar o processo de êxodo rural, especialmente dos jovens. À vista disso, Silva; Antoniazzi; Novak (2019, p. 79), destacam que:

Para estancar a migração para os centros urbanos, em especial os mais jovens, é urgente disponibilizar mais investimentos e novas políticas públicas que possibilite a ampliação da renda das atividades agrárias e acesso aos serviços essenciais de cidadania.

No Brasil, o êxodo rural deve ser uma preocupação das instituições públicas como das entidades representativas da agricultura familiar, pois suas consequências afetam tanto a população do campo como das cidades, sendo fundamental a criação de políticas públicas para estimular a permanência da população rural no espaço em que vivem, invertendo assim o processo de desruralização no país (SILVA; ANTONIAZZI; NOVAK, 2019). Neste sentido, os municípios menores e com economia essencialmente agrícola tendem a ser bastante afetados a curto e médio prazo, se nada for feito, especialmente pelo fato destes municípios serem, em sua maioria, regidos pela agricultura de cunho familiar, resultando em importantes impactos econômicos e sociais.

## 2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

A Agricultura Brasileira se destaca entre as maiores do mundo e representa uma fonte de alimentos e de matéria prima para muitos países (DELGADO; BERGAMASCO, 2017). A produção proveniente da agricultura familiar, além de fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, também contribui expressivamente para a geração

de riqueza, considerando a economia não só do setor agropecuário, mas do próprio país (GUILHOTO *et al.*, 2007).

De acordo com o Art. 3º da Lei nº 11.326/06 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, e que:

- a) não possua área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- b) utilize mão-de-obra familiar nas atividades econômicas desenvolvidas na propriedade;
- c) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento e;
- d) que dirija seu empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Em outras palavras, o conceito de agricultura familiar está relacionado basicamente à agricultura que é realizada pelo próprio produtor rural, utilizando mão de obra própria da sua família e em percentual muito maior em relação à mão de obra contratada. Abramovay (1997<sup>2</sup> *apud* CRUZ; LIMA; CAMPOS, 2020, p.2) que define:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (BRASIL, 2020), a maior parte dos alimentos consumidos pela população brasileira é proveniente da agricultura familiar. Nestas propriedades, a gestão é compartilhada pela família, sendo a agropecuária a principal fonte de geração de renda, havendo ainda uma relação particular entre o agricultor com a terra, com seu local de trabalho e moradia. Outra característica marcante da agricultura familiar é a diversidade produtiva já que muitas vezes alia a produção de subsistência a uma produção destinada ao mercado (BRASIL, 2019).

---

<sup>2</sup> ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, Brasília, DF, 1992. **Uma nova extensão para a agricultura familiar**. São Paulo: Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. p. 29 (Texto para discussão).

No Brasil, a agricultura familiar representa a maior categoria de produtores rurais (HEIN; SILVA, 2019). A agricultura familiar também é responsável por mais de 70% da produção de alimentos do país, sendo a econômica de aproximadamente de 90% dos municípios brasileiros, contribuindo para a conservação da paisagem rural ocupada e produtiva (SANTOS; MITJA, 2012).

De acordo com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul – FETAG/RS ([2021]), o último Censo Agropecuário, realizado no ano de 2017 e divulgado em 2019, mostra a dimensão que a agricultura e a pecuária atingiram no Brasil ao longo dos anos. Além disso, o Censo também retrata a representatividade da agricultura e da pecuária familiar no setor produtivo (FETAG, [2021]). Os pequenos agricultores lutam para evitar o êxodo rural e sobreviver, tornando suas propriedades economicamente sustentáveis frente ao atual mercado globalizado, a instabilidade da economia e a falta de oportunidades (BERTOLINI et al., 2020).

Segundo o Censo Agropecuário, o Rio Grande do Sul possui 365.094 estabelecimentos agropecuários, sendo o quarto estado brasileiro no ranking do IBGE, perdendo apenas para Bahia, Minas Gerais e Ceará, respectivamente. A área total dos estabelecimentos agropecuários no Rio Grande do Sul é 21.684.558 hectares sendo que destes, 83,7% têm entre 0 e 50 hectares (FETAG, [2021]).

De acordo com Bertolini *et al.* (2020, p. 12), “[...] a agricultura familiar é essencial para o desenvolvimento renovável da área rural”. O Censo Agropecuário (2017) aponta que 80,5% dos estabelecimentos rurais do estado do Rio Grande do Sul são de agricultura familiar, detendo 25,3% de toda a área cultivada. Além disso, revela que a faixa etária de pessoas que vivem no meio rural é alta, e que o número de jovens vem diminuindo, o que representa um problema para a sucessão rural (FETAG, [2021]).

Com grande percentual de representatividade da agricultura familiar nas propriedades rurais no Brasil e no Rio Grande do Sul, não poderia ser diferente na região do Vale do Taquari e, nem menos, no município de Relvado que, desde seus primórdios, têm na agricultura familiar, sua principal fonte de renda. Neste contexto, Comparin (2015, p. 23) descreve que:

[...] em localidades onde a economia é basicamente agrícola, os impactos da falta de sucessão aparecem com maior ênfase, pois, a tendência ao envelhecimento da população rural e falta de mão de obra no campo, podem afetar diretamente e de maneira severa a economia destas localidades.

Os jovens desempenham um papel importante na continuidade das propriedades rurais, sem eles, a agricultura familiar fica enfraquecida. Geralmente, a migração dos jovens para as cidades ocorre pela busca de melhores condições de vida, impactando diretamente tanto no desenvolvimento como na continuidade da agricultura familiar (COMPARIN, 2015).

Neste contexto da importância do papel dos jovens na agricultura, Carvalho (2021, p. 114) descreve que “[...] para que a agricultura continue sendo protagonista do crescimento do país, é necessário que as gerações de jovens agricultores assumam os papéis de proprietários e responsáveis pela continuidade das atividades no campo, ou seja, é preciso que haja a sucessão rural.”.

### 2.3 SUCESSÃO RURAL E O JOVEM

Apesar da importância da agricultura e da pecuária desenvolvidas pela agricultura familiar, o meio rural vem passando por um processo de envelhecimento. Sabe-se que a sucessão rural ou a transferência da posse e da gestão de uma propriedade rural é um assunto sério além de ser um processo que envolve vários componentes, dentre estes, a transferência do patrimônio com continuação da atividade produtiva iniciada pelos pais, a implantação de novas tecnologias e sistemas de gerenciamento do negócio familiar (PIEPER, 2014, p. 17).

O processo sucessório merece bastante atenção por parte do gestor rural, pois será através dele que a empresa familiar dará continuidade à suas atividades, de modo que para impedir o fracasso, é preciso que haja um planejamento sucessório, preparando o futuro gestor para exercer essa função, levando assim o negócio da família a diante (BRIZZOLLA, 2020). Adotar medidas preventivas para que a sucessão da propriedade rural tenha o êxito desejado e seja passada para a geração seguinte com sucesso, deve ser considerada vital para sobrevivência tanto nas propriedades agrícolas como nas empresas familiares. A transmissão da posse, do gerenciamento e da dinamização da unidade produtiva requer a qualificação dos sucessores, a elaboração de projetos que garantam a viabilidade técnico-administrativa e a sua sustentabilidade, bem como políticas públicas adequadas às reais possibilidades e necessidades desse setor produtivo, que envolve milhares de jovens (PIEPER, 2014).

A sucessão rural é um assunto complexo que demanda diferentes esforços a fim de reduzir seus impactos econômicos e sociais. “O tema, Sucessão Rural Familiar, é um segmento que vem apontando transformações que poderão comprometer o futuro da humanidade” (PIEPER, 2014, p. 18). Em um contexto mais local, “[...] a saída dos jovens da



propriedade resulta na falta de sucessão e põe em risco a existência da agricultura familiar." (COMPARIN, 2015).

A sucessão rural é de fundamental importância para as propriedades, no entanto, não se trata de um processo simples. Pieper (2014), menciona que o processo sucessório é vital para a sobrevivência de uma propriedade rural, destacando ainda que a transferência da propriedade envolve aspectos legais e financeiros, no sentido de garantir a viabilidade e a integridade da propriedade e, ao mesmo tempo, manter relações familiares positivas.

De maneira geral, as chances de ocorrer sucessão rural são maiores nas propriedades de maior porte e renda do que em pequenas propriedades de agricultores familiares, uma vez que os fatores econômicos exercem importante papel de decisão (MATTE; MACHADO, 2016). Os autores ainda descrevem que estudos recentes realizados no Sul do Brasil demonstram que é necessário compreender as dimensões dos fatores que têm provocado e estimulado a saída dos filhos e a consequente ausência de sucessor na agricultura familiar.

Com relação à relevância da Agricultura Familiar no Vale do Taquari, região geopolítica onde se localiza o município de Relvado, objeto do presente estudo, Ahlert e Chemin (2010, p. 50), descrevem que:

A base econômica da região do Vale do Taquari/RS está alicerçada no setor agroindustrial, representado principalmente pelas cadeias de carnes (frangos e suínos) e da produção leiteira. Nesse contexto, a Agricultura Familiar tem o papel de produzir a matéria-prima para a indústria que a beneficia e a transforma em produtos para consumidores nacionais e internacionais.

Uma das principais dificuldades encontradas pela agricultura familiar na atualidade é a questão da sucessão rural, especialmente pelo desinteresse dos jovens em assumirem as atividades agrícolas da família, já que muitos não possuem interesse em permanecer no meio rural. Além desse desinteresse dos jovens, muitas vezes também se observa dificuldades dos pais em delegar a administração da propriedade aos filhos, bem como de aceitar mudanças sugeridas por eles na propriedade (LORINI, 2017, p. 16).

No estado do Rio Grande do Sul, a falta de sucessão rural familiar vem se mostrando ser uma problemática. De acordo com o Censo Agropecuário (2017), o Estado possui 365 mil estabelecimentos agropecuários em área que equivale a 21,7 milhões de hectares, distribuídos nos 497 municípios do território estadual. Neste contexto, garantir a continuidade das atividades produtivas nas propriedades do meio rural é vital para a sustentabilidade econômica e social dos municípios e do Estado como um todo.

De acordo com Burille (2019, p. 93), dentre as principais causas de abandono da área rural pelos jovens estão:

- a) a masculinização do meio rural;
- b) a mídia televisiva que raras vezes aponta o meio rural como lugar melhor pra se viver; a necessidade de altos investimentos em capital imobilizado para estruturar os meios de produção; o desestímulo dos pais para a permanência dos jovens no meio rural;
- c) a falta de um sistema previdenciário melhorado para o trabalhador rural, com aposentadorias mais compatíveis ao trabalhador urbano;
- d) a falta de democracia nas decisões e na distribuição de renda dentro das famílias; a resistência dos pais em passar o comando de atividades aos filhos temendo a ruína do patrimônio;
- e) a falta de meios de comunicação modernos como sinal de celular e internet e;
- f) o medo da instabilidade dos filhos, por parte dos pais.

Um estudo realizado por Breitenbach e Troian (2021), realizado no município de Santana do Livramento/RS, identificou que os jovens que pertencem a propriedades maiores, ou seja, com mais disponibilidade de terra, têm mais disposição a serem sucessores nas propriedades. No entanto, o mesmo estudo apontou que a falta de abertura dos pais para que os filhos participem das tomadas de decisões é uma das principais causas para reduzir o interesse dos jovens em serem os gestores da propriedade.

O estudo realizado por Weber (2017) no município de Venâncio Aires/RS, identificou que o ambiente rural também deixa a desejar em aspectos como na infraestrutura de estradas e acesso aos meios de comunicação. Além disso, o estudo apontou que o descaso dos órgãos governamentais, as situações climáticas e o modo como o estabelecimento é administrado influenciam diretamente na decisão do jovem em permanecer ou não no meio rural.

O estudo de Schuster (2017), realizado no município de Arvorezinha/RS, também identificou potenciais motivos para os jovens locais não fazer a sucessão rural. Neste estudo, os jovens apontaram problemas como a baixa renda, o baixo preço dos produtos, a irregularidade do clima, além da falta de oportunidade no planejamento, gestão e administração da propriedade para justificar a saída do meio rural. Corroborando com questões citadas acima, Boscardin e Conterato (2017) concluem que “[...] atualmente e por razões variadas, as famílias estão tendo dificuldades para concretizar a sucessão das propriedades”. As bibliografias que tratam sobre o tema da sucessão rural apontam para a redução populacional, o envelhecimento e a masculinização do meio rural (SCHUSTER,

2017). Neste sentido, o problema da falta de sucessão nas propriedades se torna ainda mais expressivo em municípios de pequeno porte e com base econômica baseada no setor primário.

Em outra pesquisa, que analisou as mudanças nos padrões sucessórios e suas implicações no destino das propriedades entre agricultores familiares no norte do Rio Grande do Sul, os autores concluem que:

[...] apesar de não apresentar contornos ainda muito claros, os pais estão gerando outro modelo de passagem das propriedades, até então praticamente inexistente, agora sustentado na ideia que inclui ter herdeiros, mas não necessariamente sucessores. Esta constatação reside no fato de que os agricultores, em um primeiro momento, imprimem aos filhos um discurso negativo sobre a ocupação agrícola, especialmente devido às atividades agrícolas penosas, impossibilidade de férias e finais de semana, entre outras razões, não querendo que os mesmos sejam agricultores. Desta forma, estimulam os filhos a sair do meio rural em busca de oportunidades mais promissoras no meio urbano. (BOSCARDIN; CONTERATO, 2017, p. 690).

Diante da relevância da sucessão rural para o futuro econômico dos municípios menores e de base agrícola, é crucial o papel dos agentes públicos no desenvolvimento de políticas voltadas ao meio rural e, de forma especial, aos jovens. Neste contexto, Schuster (2017, p. 38) conclui que:

O futuro da agricultura familiar com a sucessão geracional, passa obrigatoriamente pela antecipação da emancipação dos jovens no fazer e no planejar, pela valorização da profissão e do ser agricultor, pelos pais e pela sociedade, e por um contexto de políticas públicas voltadas a dinamização do espaço rural com diversificação de atividades econômicas, culturais, de lazer e de inclusão social e de gênero.

Em uma pesquisa recente desenvolvida por Breitenbach e Corazza (2021), realizada com 743 jovens com faixa etária de 13 a 21 anos, filhos de agricultores e estudantes do ensino médio, de todas as regiões do Estado do Rio Grande do Sul, constatou que destes, 47,9% querem permanecer no campo e 45,2% querem ser sucessores nas suas propriedades. O mesmo estudo também apontou que o processo de sucessão rural tem sido comprometido pela limitação da participação dos jovens nos processos gerenciais e na tomada de decisões nas propriedades e concluiu que o jovem rural valoriza muito o fato de ser sujeito atuante e autônomo na propriedade.

De fato, são muitas as causas que podem nortear a sucessão rural nas propriedades, assim como são incontáveis os problemas econômicos e sociais decorrentes da falta de sucessão. Neste sentido, identificar os fatores determinantes para a sucessão rural familiar e permanência dos jovens no município de Relvado se faz importante.

### 3 METODOLOGIA

Na sequência, está apresentada a metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente trabalho junto ao município em estudo, abrangendo o tipo de estudo, área de estudo, população e amostra e a coleta dos dados.

#### 3.1 TIPO DE ESTUDO

Com relação à problemática, o presente estudo apresenta uma abordagem qualitativa. Silveira e Córdova (2009, p. 32) mencionam que a pesquisa qualitativa se preocupa “com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Raupp e Beuren (2004<sup>1</sup> *apud* Zanin et al. 2014, p. 7), explicam que nas pesquisas qualitativas “concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno estudado”.

A natureza deste estudo é do tipo aplicada, uma vez que, de acordo com Silveira e Córdova (2009, p. 35), a pesquisa aplicada “[...] objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais. ”, tais como os que se apresentam neste trabalho.

Com relação ao objetivo do presente trabalho, o mesmo pode ser caracterizado como um estudo exploratório. De acordo com Raupp e Beuren (2004<sup>3</sup> *apud* ZANIN *et al.*, 2014, p. 7), a pesquisa exploratória busca “[...] conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa.”. Silveira e Córdova (2009, p. 35) descrevem que “[...] este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

Quanto aos procedimentos adotados para a sua elaboração, o presente trabalho é caracterizado como um estudo de caso, por ser realizado com um pequeno grupo de jovens, sendo eles sucessores ou potenciais sucessores rurais, com idade entre 15 e 29 anos. Neste sentido, Alves-Mazzotti (2006<sup>2</sup> *apud* SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 39) descrevem que os

---

<sup>1</sup> RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. *In*: BEUREN, I. M. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

<sup>2</sup> ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

exemplos mais comuns deste tipo de estudo são aqueles que focam apenas uma unidade, tais como: um indivíduo, um pequeno grupo, uma instituição, um programa ou ainda, um evento.

Conforme Ventura (2007, p. 385):

Os estudos de caso têm várias aplicações. Assim, é apropriado para pesquisadores individuais, pois dá a oportunidade para que um aspecto de um problema seja estudado em profundidade dentro de um período de tempo limitado. Além disso, parece ser apropriado para investigação de fenômenos quando há uma grande variedade de fatores e relacionamentos que podem ser diretamente observados e não existem leis básicas para determinar quais são importantes.

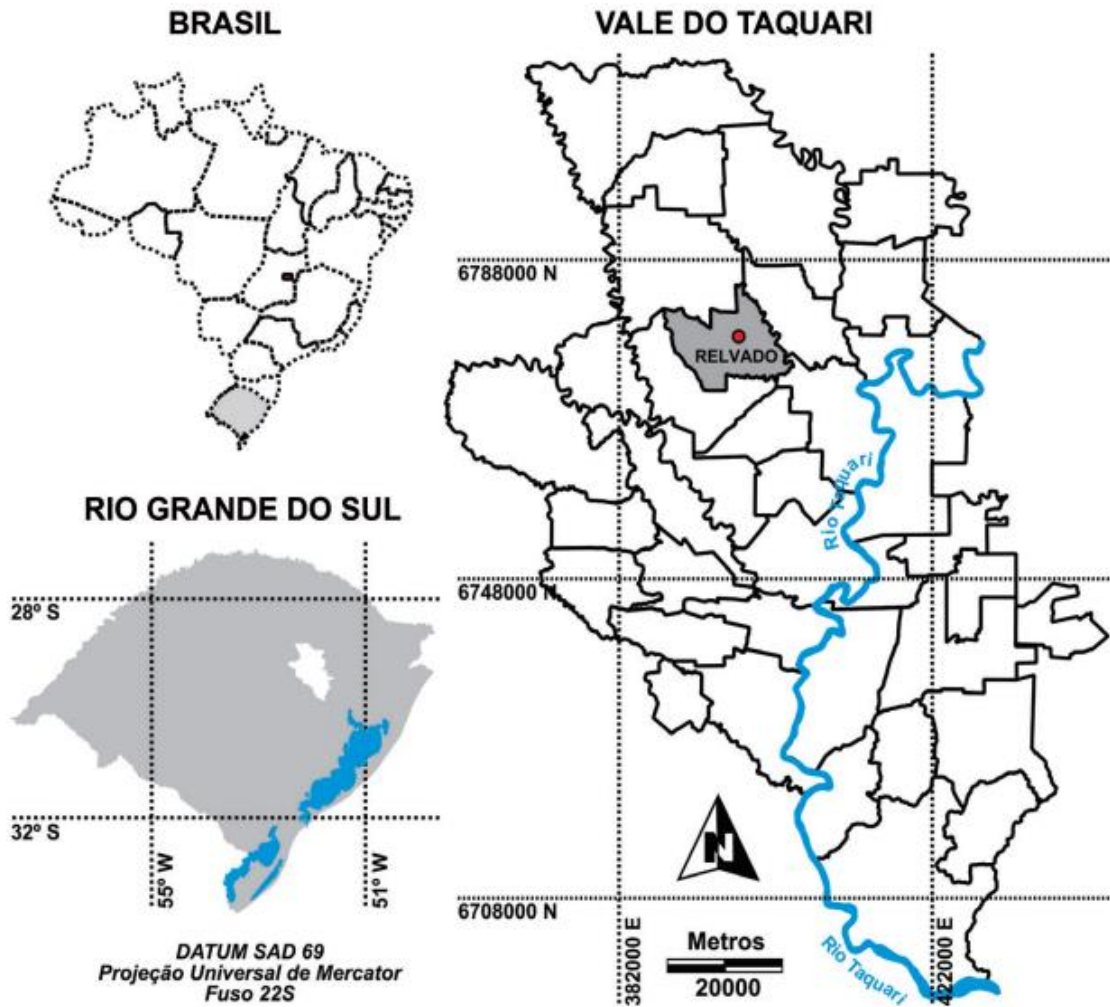
### 3.2 ÁREA DE ESTUDO

O presente estudo foi desenvolvido no município de Relvado, região geopolítica do Vale do Taquari, Encosta Inferior do Nordeste, Planalto Meridional ou Basáltico. O município está inserido na bacia hidrográfica do Guaíba e sub-bacia do Taquari-Antas, distante 180 km da capital, Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. A população foco deste estudo foi a população jovem, com idade entre 15 e 29 anos, sendo eles sucessores ou potenciais sucessores rurais nas propriedades.

Relvado é um município de pequeno porte, de colonização italiana e com economia essencialmente agrícola, no entanto possui um grande número de idosos. Conforme dados do IBGE (2010), 26% da população municipal possui 60 anos ou mais, sendo por isso, considerado o 3º município com maior percentual de idosos do RS e do Brasil, em relação ao número de habitantes. Tal característica aponta que existe boa qualidade de vida no território municipal, porém, gera preocupação com relação à sucessão rural e a continuidade das atividades econômicas relacionadas ao campo por conta do envelhecimento da população responsável pela base econômica municipal.

Possui área territorial de 123,437 km<sup>2</sup> (IBGE, 2017) e 2.155 habitantes (IBGE, 2010), com população estimada para 2021 de 2.068 habitantes (IBGE, 2021). Situa-se nas coordenadas geográficas Latitude -29.113126° e Longitude -52.070859°, limitando-se ao Norte com os municípios de Putinga e Doutor Ricardo, ao Sul com Coqueiro Baixo e Nova Bréscia, a Leste com Encantado e a Oeste com Coqueiro Baixo. A Figura 1 apresenta a localização do município de Relvado na região, estado e país.

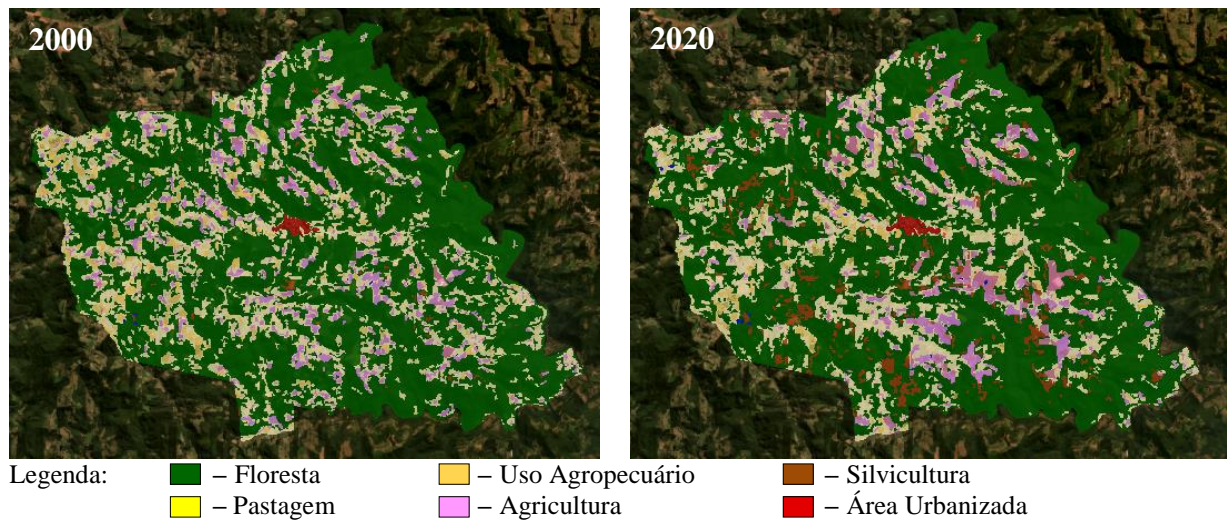
**Figura 1** – Localização do município de Relvado/RS



Fonte: Carboni *et al.* (2012).

Considerado a última contagem da população (IBGE, 2010), possui densidade demográfica de 17,46 hab/km<sup>2</sup> onde, do total de habitantes, 734 (34%) residem na zona urbana e 1.421 (66%) na zona rural do município distribuídos em propriedades com tamanho médio de 13,7 hectares (Relvado, 2015). A Figura 2 apresentada na sequência mostra a dinâmica do uso e cobertura do solo no município de Relvado/RS entre os anos de 2000 e 2020.

**Figura 2** – Dinâmica do uso e cobertura do solo no município de Relvado/RS entre os anos de 2000 e 2020



**Fonte:** Adaptado de Plataforma MapBiomas (2020).

Durante este período (2000-2020) verifica-se pelos dados do MapBiomas (SOUZA JÚNIOR *et al.*, 2020), uma expansão de 1,1% das áreas agrícolas no território municipal, enquanto ao mesmo tempo, a formação florestal sofreu uma diminuição de 0,08%. Observa-se ainda que neste período de 20 anos, as áreas de silvicultura apresentaram um crescimento de 3,71%, e, em contrapartida, as áreas de uso agropecuário cresceram apenas de 0,31% e as áreas de pastagem reduziram 1,83%.

Em complemento a estas informações, dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) (IBGE, 2022) apontam que no ano 2000 a população rural do município de Relvado/RS era de 1.656 pessoas (72,19%) já a população urbana era de 638 pessoas (27,81%), sendo a população municipal total de 2.294 habitantes. Dez anos depois, no ano de 2010, a população rural do município caiu para 1.421 pessoas (65,94%) e a população urbana aumentou para 734 pessoas (34,06%), sendo que a população municipal total reduziu para 2.155 habitantes.

Desta forma, em análises a estes dados, observa-se que maneira geral, embora tenha ocorrido uma redução no número de residentes no meio rural e conseqüentemente, também no número de estabelecimentos rurais, houve pouca alteração na área agrícola, havendo inclusive uma pequena expansão destas áreas. Tal fato demonstra que a diminuição no número de propriedades rurais não necessariamente significa menos agricultura, mas sim, pode representar alterações nos sistemas produtivos.

Isto se dá possivelmente, por conta da mecanização e da modernização no meio rural, havendo o abandono gradual das áreas de relevo mais íngremes que anteriormente eram

utilizadas para a agricultura, sendo estas utilizadas para usos alternativos, tais como a silvicultura. Outro motivo, porém, também pode estar relacionado ao êxodo rural das famílias ou à saída dos jovens das propriedades onde, com pouca mão de obra, os pais com idade avançada reflorestam as terras com espécies exóticas tais como o eucalipto, para que a mesma não torne a se transformar em floresta nativa no futuro.

### 3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A escolha população amostral em estudo foi realizada de maneira intencional, por se tratar de um público estratégico para realização da sucessão rural nas propriedades no município de estudo. Trata-se de jovens rurais, homens e mulheres, com idade entre 15 e 29 anos, sucessores ou potenciais sucessores rurais no território municipal.

Para melhor descrever o termo “jovem”, a Lei Federal nº 11.129/2005 define que, para fins de políticas públicas, jovem é todo o brasileiro que se encontra na faixa etária entre 15 e 29 anos. De acordo com o IBGE (2021), essa faixa etária corresponde a 23% da população brasileira, somando mais de 47 milhões de pessoas distribuídas pelo território nacional.

Outro ponto relevante para a escolha população amostral foi a relevância que esta faixa etária pode representar perante a economia municipal, uma vez que, de maneira geral, é esta população que têm potencial para investimentos em novas tecnologias e atividades produtivas, dando suporte à matriz econômica municipal e continuidade às propriedades da agricultura familiar local.

Num total de 20 jovens participantes da pesquisa, 10 possuem nas suas propriedades rurais a atividade de criação animal integrada (avicultura e/ou suinocultura) aparentemente tidas como principal fonte de renda das propriedades e 10 jovens possuem a agricultura, podendo esta, estar ou não associada a alguma atividade de criação animal como a bovinocultura de leite.

### 3.4 COLETA DOS DADOS

Os dados foram coletados a partir de entrevistas com aplicação de questionário aos jovens rurais que são o público-alvo do estudo e que, concordaram fazer parte da pesquisa. As entrevistas foram aplicadas de maneira remota, adotando diferentes tecnologias, tais como: contato telefônico, chamadas de vídeo, aplicativos de mensagens, redes sociais, além de contato via e-mail. Tais medidas se fizeram necessárias a fim de garantir a segurança de todos



bem como para atender as normas do Ensino Remoto Emergencial devido à pandemia da Covid-19 durante o período de estudo.

Os dados obtidos no presente estudo foram coletados entre os dias 29 de abril a 17 de maio de 2022, por meio de uma entrevista aplicada utilizando-se um questionário junto ao público alvo do estudo, cujo questionário encontra-se apresentado no Apêndice A.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

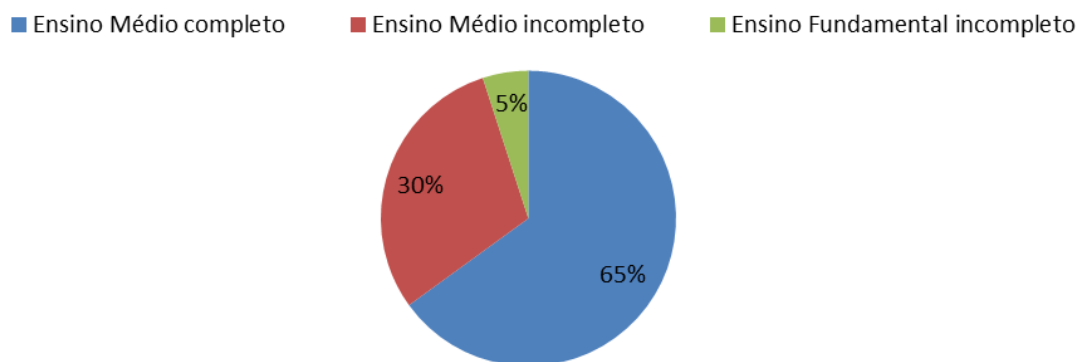
Na sequência, estão apresentados os resultados e discussão do presente estudo. Os mesmos encontram-se divididos em quatro tópicos, abrangendo:

- a) a caracterização geral da população amostral;
- b) o papel das integradoras na decisão do jovem por permanecer nas propriedades;
- c) os fatores relacionados à infraestrutura das propriedades capazes de influenciar a permanência dos jovens no meio rural e;
- d) as perspectivas dos jovens do meio rural e a sua influência no desenvolvimento socioeconômico do município.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO AMOSTRAL

A presente pesquisa foi realizada com jovens que residem e trabalham na área rural do município de Relvado/RS, com idade entre 15 e 29 anos, sendo eles sucessores ou potenciais sucessores rurais nas suas propriedades. Por meio de um questionário foram entrevistados 20 jovens, sendo eles 16 (80%) homens e quatro (20%) mulheres. Quanto à escolaridade dos jovens participantes da pesquisa, 13 (65%) possuem Ensino Médio completo, seis (30%) possuem Ensino Médio Incompleto e, um (5%) possui o Ensino Fundamental incompleto, conforme Figura 3.

**Figura 3** – Escolaridade dos jovens em estudo

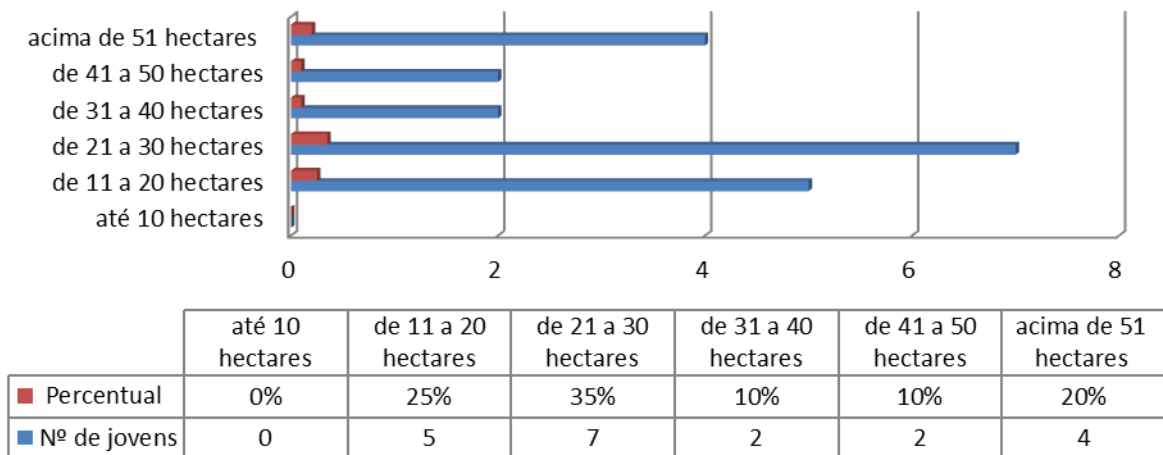


**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Os referidos jovens rurais residem e trabalham em propriedades com tamanhos variados, sendo que a maioria, 35% residem em propriedades com tamanho entre 21 a 30 hectares, 25% em propriedades de 11 a 20 hectares, 10% em propriedades com tamanho entre

31 a 40 hectares, 10% em propriedades entre 41 a 50 hectares e, 20% em propriedades maiores de 51 hectares. Estes dados estão representados na Figura 4, na sequência.

**Figura 4** – Tamanho das propriedades (em hectares) dos jovens em estudo



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

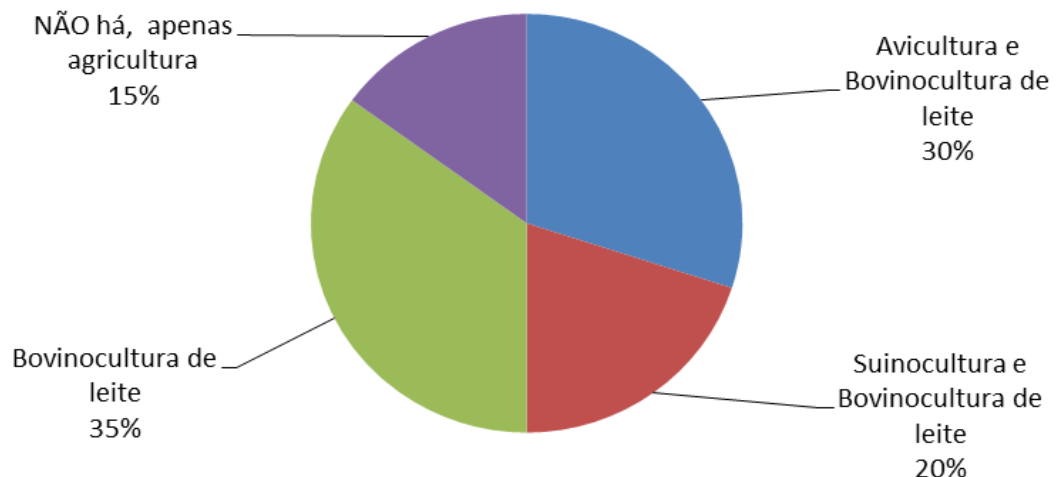
Conforme mostra a Figura 4, é possível verificar que 80% dos jovens participantes do estudo provêm de pequenas propriedades rurais, ou seja, com até 50 hectares. Os dados levantados também mostraram o tamanho do grupo familiar destes jovens. Os resultados apontaram que 35% deles possuem famílias compostas por quatro pessoas, incluindo o próprio jovem, 30% possuem famílias compostas por três pessoas e 10% possuem famílias menores, compostas por apenas dois membros incluindo o jovem. As famílias maiores são compostas por cinco membros, representando 10% dos jovens entrevistados, outros 10% possuem família com seis membros e 5% possui a família mais numerosa, composta por sete pessoas.

Analisando estes dados, observa-se que apenas 25% das famílias dos jovens participantes do estudo possuem mais de quatro pessoas no grupo familiar, sendo que a maioria (75%) dos jovens são de famílias pequenas, composta por até 4 pessoas, incluindo o próprio jovem. Este dado se faz relevante se considerarmos que nos últimos anos as famílias vêm se apresentando cada vez menores. Com menos filhos, reduzem-se também as chances de que algum deles fique no meio rural e dê continuidade à atividade produtiva deixada pelos pais, fato que, num município pequeno como Relvado, representa um grande risco para economia municipal, já que a mesma é essencialmente agrícola.

#### 4.2 PAPEL DAS INTEGRADORAS NA DECISÃO DO JOVEM POR PERMANECER NAS PROPRIEDADES

Para identificar o papel das integradoras na decisão do jovem por permanecer nas propriedades rurais de Relvado, o público-alvo da pesquisa foi questionado quanto à existência ou não de atividades de criação animal integrada na propriedade, bem como o grau de importância da integração para a sua escolha em permanecer ou não na propriedade e fazer a sucessão rural. Os resultados apontaram que 30% dos jovens participantes do estudo possuem as atividades de Avicultura e Bovinocultura de leite integrada, 20% possuem Suinocultura e Bovinocultura de leite e 35% possuem apenas a atividade de Bovinocultura de leite na propriedade. Apenas 15% dos jovens participantes da pesquisa não possuem nenhuma atividade de criação animal integrada na propriedade, trabalhando somente com a agricultura. A Figura 5 detalha estes percentuais descritos acima.

**Figura 5** – Existência de criação integrada nas propriedades dos jovens em estudo



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

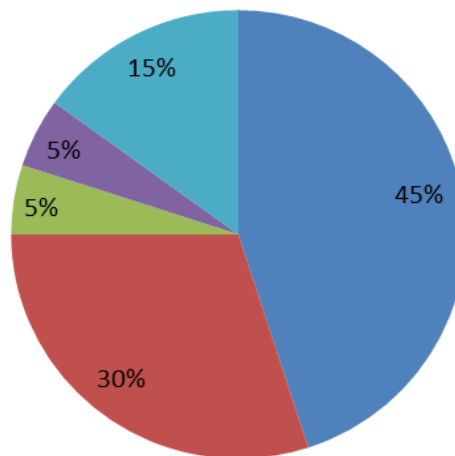
Em análise a estes dados obtidos, é possível visualizar que na maioria das propriedades em estudo (85%) ocorre um ou mais tipos de criação animal integrada tais como avicultura, suinocultura e/ou bovinocultura leiteira e, apenas uma pequena parcela de 15% das propriedades sobrevivem apenas com a agricultura. Tal fato que se atribui ao pequeno tamanho da maioria das propriedades em estudo, ao relevo montanhoso onde o município se insere e à mecanização necessária para cultivar maiores áreas agriculturáveis.

Além disso, a relevância da integração também se enaltece quando se analisa o grau de importância da integração apontado pelos jovens para a sua escolha de permanecer ou não na

propriedade. Neste aspecto, 45% dos jovens participantes do estudo responderam que a integração é extremamente importante para a sua permanência na propriedade, 30% responderam ter importância alta, para 5% a importância é moderada e para outros 5% a importância da integração é baixa. Apenas 15% dos jovens responderam que a integração não tem nenhuma importância para definir a sua permanência ou não na propriedade rural, sendo estes, os mesmos jovens que trabalham apenas com agricultura, sem nenhum tipo de integração. A Figura 6 apresentada na sequência detalha os percentuais descritos acima.

**Figura 6** – Grau de importância da integração para os jovens em estudo

■ 5 extremamente importante ■ 4 alta ■ 3 moderada ■ 2 baixa ■ 0 não tem importância



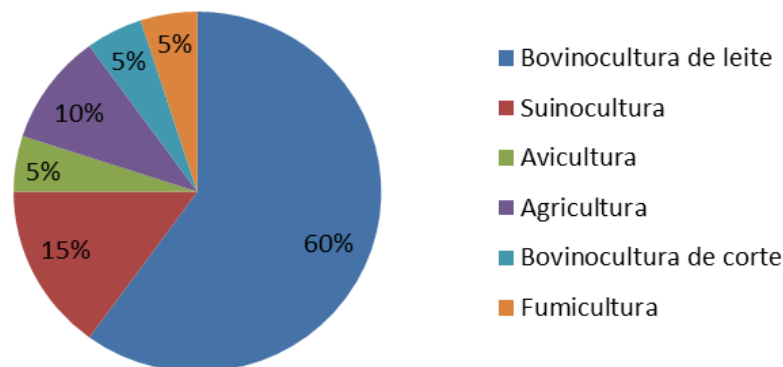
**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Analisando estes dados, é possível observar que o fato da maioria dos jovens considerarem a integração de grande importância para a sua permanência na propriedade se atribui também ao fato destas propriedades já estarem bem estruturadas para determinada atividade integrada (avicultura ou suinocultura), já havendo na propriedade um grande capital investido nas instalações que já estão em operação. Há também a visão da integradora visando a continuidade futura das atividades desenvolvidas nestas propriedades através da sucessão familiar, muitas vezes com projeções de ampliação da capacidade produtiva destas atividades.

Como se observou, as atividades de criação animal integrada são importantes fontes de renda para as famílias da maioria dos jovens participantes do estudo. No entanto, mesmo que boa parte as propriedades possuam mais de uma atividade de criação integrada, sempre há uma atividade que se destaca mais que a outra em relação ao retorno financeiro. Questionados sobre qual seria a principal atividade econômica da propriedade, contrariando a hipótese inicial da pesquisa, a qual se esperava encontrar como resultado junto aos jovens que possuem

integração, as atividades de avicultura ou a suinocultura, já que, de acordo com a Secretaria Municipal da Agricultura de Relvado (2022), são estas atividades que atualmente garantem maior retorno de ICMS ao município. No entanto, a pesquisa revelou que a principal atividade econômica (fonte de renda) das propriedades em estudo é a bovinocultura de leite, sendo está citada por 60% dos jovens rurais em estudo. A atividade de suinocultura foi citada por 15% dos jovens, a avicultura foi mencionada apenas por 5% e outros 5% apontaram a bovinocultura de corte como principal fonte de renda da propriedade. A agricultura, por sua vez, foi citada por 10% jovens, além da fumicultura (cultura do tabaco) que também foi mencionada por 5% deles. Estes dados podem ser observados na Figura 7 apresentada na sequência.

**Figura 7** – Principais atividades econômicas (fonte de renda) das propriedades em estudo



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Considerando o tamanho reduzido das propriedades no território municipal, assim como o relevo montanhoso onde o município se localiza, já era esperado que a agricultura em si não fosse se sobressair neste levantamento. Porém, a bovinocultura de leite ainda caminha à passos lentos no município, sendo praticada em pequena escala por cerca de 125 produtores rurais, produzindo cerca de 10 milhões de litros de leite/ano, segundo dados da Secretaria Municipal da Agricultura (RELVADO, 2022).

Já com relação às atividades de avicultura e suinocultura, atualmente, o município de Relvado possui 26 empreendimentos de suinocultura em sistema de terminação e 2 creches, produzindo cerca de 73.000 animais/ano (terminação) e 28.000 animais/ano (creche). Quanto à avicultura, estão em operação 48 empreendimentos avícolas, sendo 46 de avicultura de corte e 2 de matrizes e ovos. Juntos, os empreendimentos avícolas possuem a capacidade para a produção de cerca de 9.000.000 animais/ano, sendo que os voltados à postura (matrizes e ovos) produzem cerca de 13.800.000 ovos/ano (RELVADO, 2022).

Com base nestas informações e, considerando o número de animais abatidos anualmente nas atividades de avicultura e suinocultura do município, bem como o preço médio pago por cabeça, se comparado ao preço médio pago litro do leite, há de se supor que as atividades mais lucrativas para os criadores seriam a avicultura e a suinocultura. No entanto, os resultados da pesquisa apontaram ser a bovinocultura leiteira.

Este resultado se atribui a três fatores:

- a) os insumos necessários,
- b) a remuneração pelo produto e,
- c) o grau de investimento.

Primeiramente pode-se apontar aos insumos necessários para a criação confinada de aves e suínos que provém 100% da integradora, sendo que o produtor entra apenas com a mão de obra para a criação dos lotes, tanto de aves como de suínos, somados ainda aos custos de produção como medicamentos, energia elétrica e lenha para aquecer os animais no período do inverno.

Reforçando estas questões mencionadas com relação à avicultura e a suinocultura, o estudo desenvolvido por Ramborger (2018), que investigou a sucessão geracional em sistemas integrados de suínos e aves na região do Vale do Taquari/RS, apontou que os principais fatores existentes para a sucessão geracional rural no sistema integrado de suínos e aves na região estudada foram, dentre outros, o sistema Integrado como segurança comercial, a estrutura produtiva montada, a mecanização na produção, além da influência da família. Já os pontos negativos desta relação integradora vs integrado, a pesquisa apontou a falta de valorização dos integrados e de incentivos para que melhorem seus desempenhos, além da falta de melhorias nos contratos e revisões.

Diferentemente do que ocorre na avicultura e na suinocultura, na atividade de bovinocultura de leite os animais são criados à pasto onde se alimentam durante o dia e são recolhidos duas vezes ao dia (manhã e noite) para a ordenha. Além do alimento que os animais obtêm nas pastagens distribuídas em áreas escalonadas (piquetes), os bovinos recebem nos cochos a silagem produzida com milho que é plantado e colhido pelo próprio criador. Todo o manejo do milho de silagem utiliza a mão de obra familiar e os maquinários da própria propriedade, contando muitas vezes com a ajuda de vizinhos durante o processo de produção, o que reduz significativamente os custos para o produtor. Desta forma, mesmo adquirindo a alimentação complementar como ração, sal mineral e outros suplementos necessários à produção leiteira, o produtor consegue calcular melhor os custos e reduzir gastos, não ficando “refém” da integradora para alimentar o rebanho.

O segundo fator que pode ser destacado é com relação à remuneração pelo produto vendido. Na atividade de bovinocultura leiteira o produtor recebe mensalmente pelo produto vendido (leite), no valor equivalente à quantidade de leite vendida naquele mês. Já nas atividades de avicultura e suinocultura, o criador recebe o pagamento apenas ao final de cada lote, sendo em média a cada 60 dias para a avicultura e a cada 130 dias para a suinocultura. Ao longo do ano, o avicultor faz em média de seis a sete lotes de aves, já o suinocultor faz apenas três lotes de suínos, por este motivo, é comum que estas atividades de criação animal se complementem com outra, geralmente com a bovinocultura de leite, a qual garante à propriedade uma entrada mensal.

O terceiro fator destacado é o grau de investimento. Neste sentido é notável que o grau de investimento inicial nas atividades de avicultura e suinocultura são muito maiores e demandantes de financiamentos para iniciar a atividade, quando comparados à bovinocultura de leite, na qual o investimento pode ser gradual e, geralmente, menos oneroso. Por conta disso, os altos investimentos levam anos para serem quitados pelos produtores, o que reduz os lucros mensais das propriedades e muitas vezes desestimula novos investimentos nestas atividades atividade. Na bovinocultura, por ainda ser desenvolvida em pequena escala no território municipal, os produtores investem aos poucos fazendo melhorias graduais e ampliando o rebanho dentro de suas possibilidades, sem grandes endividamentos, o que torna a atividade mais lucrativa para as pequenas propriedades do município.

#### 4.3 FATORES RELACIONADOS À INFRAESTRUTURA DAS PROPRIEDADES CAPAZES DE INFLUENCIAR A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO MEIO RURAL

Para identificar os fatores relacionados à infraestrutura das propriedades capazes de influenciar a permanência dos jovens no meio rural, o presente estudo verificou diferentes indicadores. Dentre eles, estão:

- a) a renda média mensal da propriedade;
- b) o acesso à tecnologias tais como: computador, internet, TV por assinatura; frequência das atividades relacionadas ao lazer;
- c) principais maquinários existentes na propriedade; as tomadas de decisões dentre outros.



Estes indicadores foram escolhidos por serem considerados elementos que despertam o interesse dos jovens, podendo assim, ter papel influenciador na decisão de permanecer ou não no meio rural.

O estudo verificou a renda média mensal das propriedades em estudo, visando compreender se estas propriedades são lucrativas à ponto de incentivar o jovem a permanecer no meio rural e fazer a sucessão. Os resultados apontaram que a renda média mensal das propriedades de 45% dos jovens em estudo gira entre três até seis salários-mínimos, para 40% deles a renda é superior a seis salários-mínimos e, apenas 15% responderam que a renda média da propriedade não ultrapassa três salários-mínimos mensais, conforme Figura 8.

**Figura 8** – Renda média mensal das propriedades dos jovens em estudo



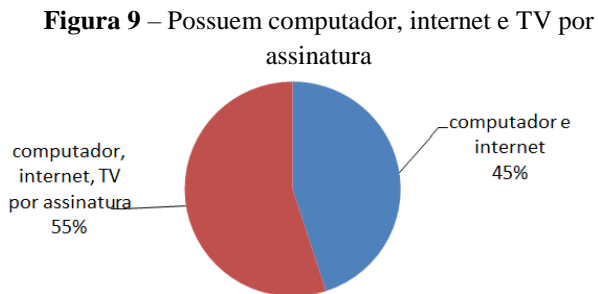
**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Estes dados revelam que a maioria das propriedades dos jovens participantes da pesquisa se mostram lucrativas, o que pode significar que nestas propriedades rurais as chances de ocorrer a sucessão são maiores. No entanto, para o jovem atual não basta apenas ter lucros, é preciso também estar conectado, ou seja, ter acesso à internet dentre outros recursos tecnológicos e desfrutar do lazer que isso proporciona.

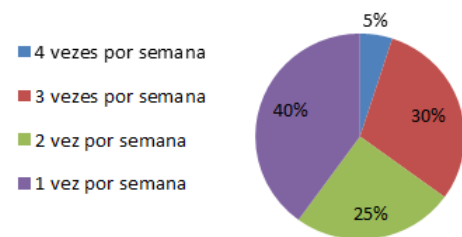
Neste sentido, a pesquisa revelou que 55% dos jovens entrevistados possuem em casa computador, internet e TV por assinatura e, 45% possuem computador e internet. A partir destes resultados se observa que, de modo geral, os jovens em estudos possuem acesso à tecnologia e a diferentes recursos que os permitem estar conectados, bem informados e incluídos nas mídias sociais, mesmo distantes dos centros urbanos.

Quanto à frequência que realizam atividades relacionadas ao lazer, 40% deles responderam praticar apenas uma vez por semana, três vezes por semana é praticada por 30%, outros 25% praticam duas vezes por semana e apenas 5% realizam atividades relacionadas ao lazer quatro vezes por semana. Estes dados estão representados nas Figuras 9 e 10 apresentados na sequência e indicam que o acesso ao entretenimento proporcionado pela

internet no meio rural certamente contribui muito para o lazer dos jovens do campo e contribui para a sua permanência lá.



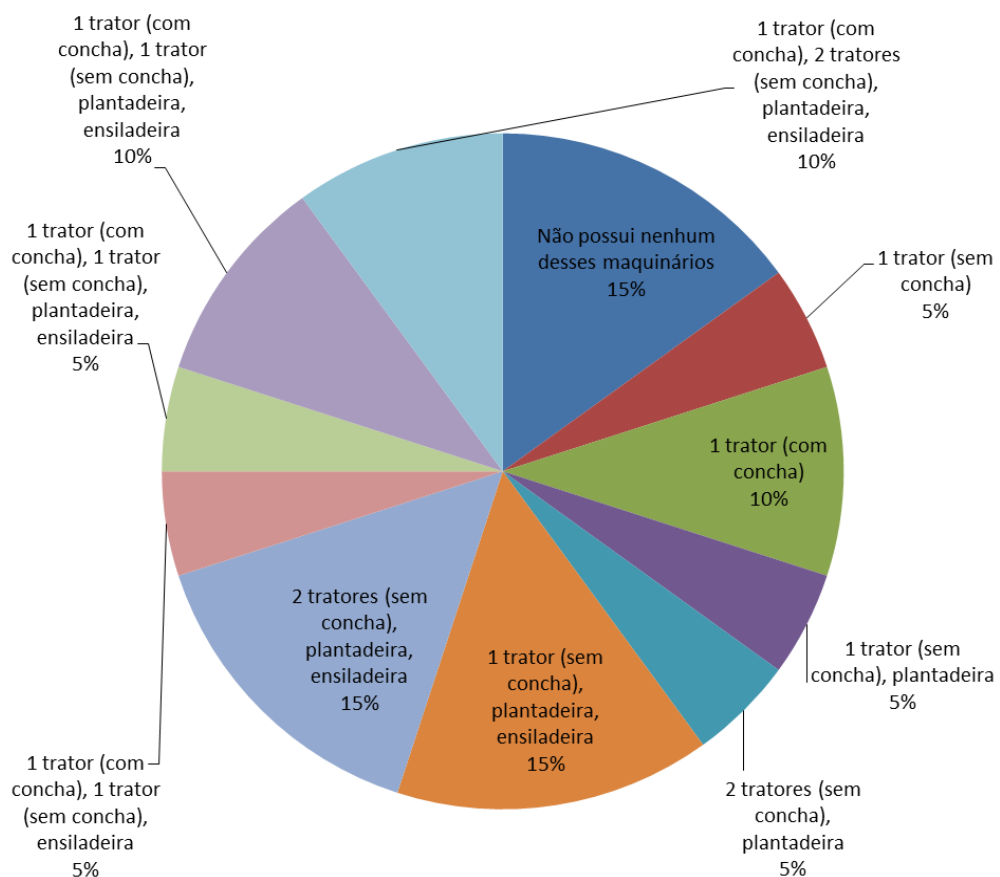
**Figura 10** – Frequência das atividades relacionadas ao lazer



Fonte: Elaborados pelo autor.

O presente estudo também verificou o grau de mecanização das propriedades, analisando os principais maquinários existentes nas propriedades dos jovens participantes da pesquisa, considerando a importância que tais os maquinários possuem na atualidade no meio rural, especialmente para os jovens, facilitando e agilizando boa parte dos trabalhos no dia-a-dia do campo. Estes dados podem ser observados na Figura 11, apresentada na sequência.

**Figura 11** – Principais maquinários existentes nas propriedades dos jovens em estudo



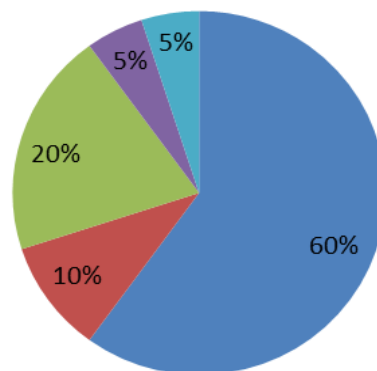
Fonte: Elaborado pelo autor.

Estes dados apontam que a maioria das propriedades estão bem estruturadas para os diferentes trabalhos desenvolvidos no campo, possuindo maquinários básicos para agilizar e facilitar as atividades, exigindo assim, menor esforço físico. No entanto, como pode ser observado na Figura 11, 15% das propriedades em estudo não possuem nenhum dos maquinários citados na pesquisa, ou seja, três dos 20 jovens participantes do estudo trabalham sem contar com esta mecanização, o que não significa que eles não possuam outros tipos de maquinários nas propriedades, apenas não possuem àqueles levantados neste estudo.

A mecanização no meio rural pode ou não ser considerada essencial, dependendo das atividades produtivas existente em cada propriedade em particular. Questionados quanto ao grau de importância de a propriedade possuir maquinários para a escolha de fazer ou não a sucessão rural, a maioria dos jovens, 60% responderam que este é um fator extremamente importante para definir a sua permanência na propriedade e fazer a sucessão rural. Os demais, 10% responderam que esses maquinários ter importância alta para sua permanência na propriedade, para 20% a importância é moderada, 5% disseram ter importância baixa e para outros 5% esses maquinários não têm nenhuma importância. Estes dados podem ser observados na Figura 12, apresentada abaixo.

**Figura 12** – Grau de importância da propriedade possuir maquinários, para os jovens

■ 5 extremamente importante ■ 4 alta ■ 3 moderada ■ 2 baixa ■ 0 não tem importância



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Como mostra a Figura 12 acima, mais da metade dos jovens em estudo considera que os maquinários são elementos extremamente importantes para a sua permanência nas propriedades, uma vez que esses equipamentos facilitam consideravelmente o trabalho no campo além de reduzir o tempo de serviço e gastos com terceiros. Os dois jovens que responderam que a importância de possuir maquinários tem prioridade baixa ou que não tem

importância possuem propriedades menores, o que justifica o fato de os mesmos não identificarem a necessidade dos maquinários analisados no estudo para as atividades que desenvolvem em suas áreas agrícolas.

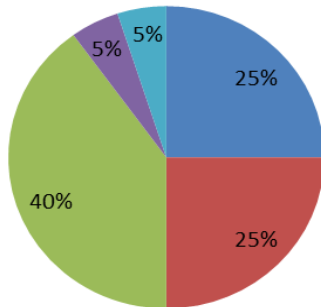
Um estudo desenvolvido por Zanetti (2018), que analisou os aspectos relativos ao processo sucessório em propriedades rurais familiares no Oeste Catarinense apontou que a possibilidade de permanência no campo está diretamente correlacionada com melhores condições de trabalho, ou seja, atividades mecanizadas com menor penosidade são mais atrativas e, portanto, favoráveis à sucessão familiar. Haas (2013), que analisou a sucessão familiar rural e as relações intergeracionais no distrito de Alto Erval Novo, no município de Três Passos/RS, encontrou dentre seus resultados, a vontade do jovem de aumentar a mecanização nas propriedades, visto que os mesmos apontaram o trabalho árduo como um dos principais fatores que desmotiva o jovem a permanecer no campo. O autor conclui que, diferentemente do que muitos estudos afirmam, a mecanização não somente “expulsa” os agricultores do campo, mas também motiva o jovem a permanecer na propriedade rural na expectativa de dias melhores e menos exaustivos.

#### 4.4 AS PERSPECTIVAS DOS JOVENS DO MEIO RURAL E A SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO

Para identificar como as perspectivas dos jovens do meio rural afeta o desenvolvimento socioeconômico do município a pesquisa se preocupou primeiramente em analisar quais são, no ponto de vista desses jovens, as vantagens e desvantagens de viver no meio rural atualmente. Os resultados estão apresentados nas Figuras 13 e 14, na sequência.

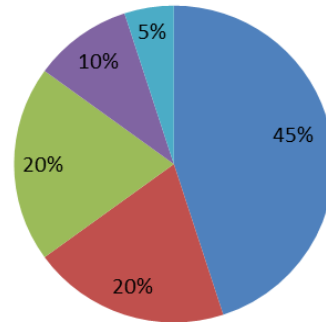
**Figura 13** – Vantagens de viver no meio rural para um jovem

- maior remuneração financeira
- não ter chefe/patrão
- maior qualidade de vida
- mais tempo livre
- gosto pelo trabalho



**Figura 14** – Desvantagens de viver no meio rural para um jovem

- não ter férias e/ou finais de semana livres
- longa jornada de trabalho diária
- trabalho pesado
- dificuldade de encontrar uma companheira(o) que fique no meio rural
- falta de valorização dos produtos



Fonte: Elaborados pelo autor.

Conforme mostra a Figura 13, para 40% dos jovens em estudo, a principal vantagem de viver no meio rural atualmente é por ter maior qualidade de vida. Outros fatores tais como ter maior remuneração financeira foram apontados por 25% dos jovens assim como outros 25% responderam que a principal vantagem é não ter chefe/patrão. Para 5% deles a vantagem é por ter mais tempo livre e para outros 5% é por conta do gosto pelo trabalho. Neste contexto, os dados revelam que o jovem atual está valorizando mais o meio rural e reconhecendo que no campo, a qualidade de vida é melhor se comparada ao meio urbano.

Com relação às desvantagens de viver no meio rural, conforme mostra a Figura 14, o estudo apontou que para 45% dos jovens de Relvado participantes da pesquisa, a maior desvantagem é não ter férias e/ou finais de semana livres. A longa jornada de trabalho diária foi mencionada por 20% deles e outros 20% apontaram ser o trabalho pesado. Outros 10% destacaram ser a dificuldade de encontrar uma companheira (o) que fique no meio rural e, 5% apontaram que é a falta de valorização dos produtos.

Esses resultados reforçam que as realidades do jovem rural e urbano são muito diferentes, especialmente com relação ao lazer. O trabalho no campo não observa finais de semana, feriados, chuva ou frio, sendo que todos os dias o trabalho precisa ser executado, especialmente quando existem atividades de criação animal. Neste sentido, nas propriedades da agricultura familiar a mão de obra não conta com funcionários e, na maioria das vezes, assim como apontam os resultados, não há como ter muitos finais de semana livres nem

mesmo férias. Além do trabalho pesado também mencionado pelos jovens, que certamente exige mais esforço físico, o que na atualidade, poucas pessoas se submetem a fazer.

Um estudo desenvolvido em estabelecimentos rurais da região oeste de Santa Catarina por Kruger *et al.* (2018), apontou que um dos principais fatores para a permanência dos jovens no campo está principalmente no fato de gostar do que faz no meio rural, ou seja, ter gosto/vocação pelo trabalho, assim como ser dono do próprio negócio e ficar próximo à família. Já como fatores determinantes para a saída dos jovens do meio rural, a mesma pesquisa apontou como principais fatores o tamanho reduzido das propriedades, o baixo rendimento financeiro das atividades rurais e baixa valorização do produtor rural.

Com relação ao presente estudo, realizado com jovens rurais do município de Relvado/RS, a os resultados revelam dois fatores determinantes:

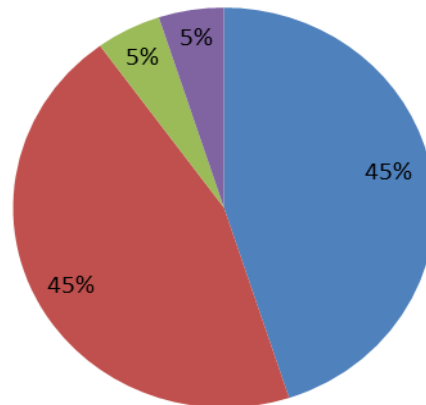
- a) o fato da propriedade já estar bem infraestrutura, apontado por 45% dos jovens em estudo;
- b) o gosto pelo trabalho/vocação, mencionado por outros 45%.

Outros fatores como possuir área de terra suficiente para a atividade produtiva da propriedade foi apontado por 5% dos indivíduos, assim como o fato de possuir maquinários próprios que facilitam o trabalho no campo, apontado também por 5% deles. Todos os fatores submetidos à avaliação dos jovens estão apresentados no Apêndice A, na pergunta 15 “Determinante para a PERMANENCIA”.

Estes resultados reforçam que os jovens atuais reconhecem que é preciso primeiramente ter vocação optar para trabalhar no meio rural, no entanto, apenas vocação não é suficiente se a propriedade já não estiver nem estruturada para dar continuidade ao trabalho já iniciado, sendo que, atualmente, é difícil e oneroso desenvolver uma propriedade pouco estruturada ou mesmo começar uma atividade do zero, especialmente para os mais jovens. Além de oneroso também leva tempo para colher os primeiros resultados do trabalho e esforço aplicado, algo que o jovem atual parece não apreciar. Estes dados são apresentados na Figura 15.

**Figura 15** – Fatores determinantes para a permanência do jovem na propriedade rural

- a propriedade já estar bem infraestrutura
- gosto pelo trabalho/vocação
- possuir maquinários próprios que facilitam o trabalho no campo
- possuir área de terra suficiente para a atividade produtiva da propriedade

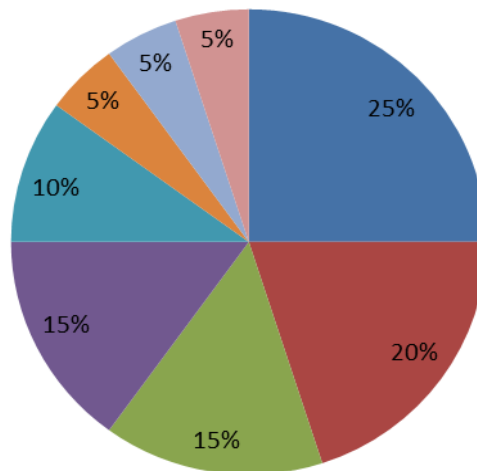


**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Quanto ao fator determinante para a saída do jovem das propriedades do meio rural, a pesquisa apontou que, no município de Relvado, o principal fator é justamente falta de infraestrutura, ou seja, precisa muito investimento para desenvolver a propriedade, apontado pela maioria dos jovens em estudo, ou seja, por 25% deles, reforçando ainda mais o resultado encontrado e descrito anteriormente. O segundo fator mais importante para determinar a saída dos jovens das propriedades rurais de Relvado foi o fato de não ter o incentivo e apoio dos pais, apontado por 20% dos jovens, seguido por não ter folga ou férias apontadas por 15% e, por não ter gosto pelo trabalho mencionado por outros 15%. Outros 10% dos jovens apontaram que o fator que determina a saída dos jovens das propriedades é o fato de não possuir maquinários próprios para o trabalho, dependendo de terceiros, já para 5% é por conta da área de terra ser insuficiente para desenvolver a propriedade. Outros 5% disseram ser por não ter a ter garantia da propriedade como herança e, 5% escolheram outro fator tais como assuntos pessoais, conforme pode ser observado na Figura 16. Todos os fatores submetidos à avaliação dos jovens estão apresentados no Apêndice A, na pergunta 15 “Determinante para a SAÍDA”.

**Figura 16** – Fatores determinantes para a saída do jovem da propriedade rural

- falta de infraestrutura, precisa muito investimento para desenvolver a propriedade
- não ter incentivo e apoio dos pais
- não ter folga ou férias
- não ter gosto pelo trabalho
- não possuir maquinários próprios para o trabalho, dependendo de terceiros
- área de terra insuficiente para desenvolver a propriedade
- não ter a ter garantia da propriedade como herança
- Outro: assuntos pessoais



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Observando os resultados apresentados na Figura 16, além de reforçar os resultados encontrados diante aos fatores determinantes para a permanência dos jovens do meio rural se identifica que boa parte dos jovens em estudo não estariam nas propriedades caso não recebessem incentivo ou apoio dos pais para permanecer no meio rural. Este fato reforça a importância do apoio familiar perante a temática da sucessão rural, considerando que, muitas vezes os pais visualizam que um futuro melhor para os filhos seja buscar profissões que garantam mais retorno financeiro e, principalmente, menos sacrifícios ou trabalho árduo, temendo que passem pelas mesmas dificuldades que os próprios pais passaram, buscando assim uma vida urbana mais cômoda e tranquila.

Este entendimento, por parte dos pais é uma realidade que, infelizmente se estabeleceu com mais força nas últimas décadas e contribui para o êxodo rural dos jovens e o consequente abandono das propriedades rurais paternas após a morte dos pais. Uma pesquisa realizada por Schuster (2017), no município de Arvorezinha/RS, revelou que metade das dez propriedades das famílias estudadas não terá sucessor, tendo um futuro incerto. Segundo o autor, estas propriedades poderão ser assumidas pelos jovens que estão na cidade, poderão ser vendidas

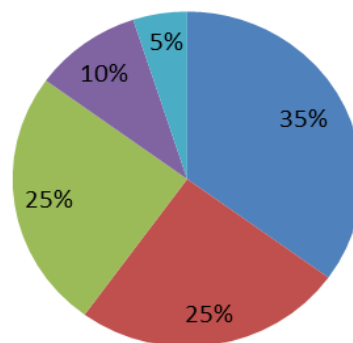


para os agricultores vizinhos ou empresários urbanos ou até mesmo permanecerem abandonadas, por ocasião do falecimento ou pela saída dos pais do local.

Os 20 jovens participantes do estudo também foram questionados quanto, qual seria o principal motivo da saída dos jovens em geral das propriedades rurais do município de Relvado. Como resultado, 35% apontaram que há falta de políticas públicas de incentivo à sucessão rural, 25% disseram que o motivo é não ter afeição/gosto pelo trabalho, 25% por não ter incentivo dos pais, 10% por não receber remuneração dos pais pelo trabalho e, 5% apontaram ser por conta dos poucos maquinários na propriedade. Estes dados estão representados na Figura 17, na sequência.

**Figura 17** – Motivos que levam os jovens a saírem das propriedades rurais de Relvado

- falta de políticas públicas de incentivo à sucessão rural
- não ter afeição/gosto pelo trabalho
- não ter incentivo dos pais
- não receber remuneração dos pais pelo trabalho
- poucos maquinários na propriedade



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

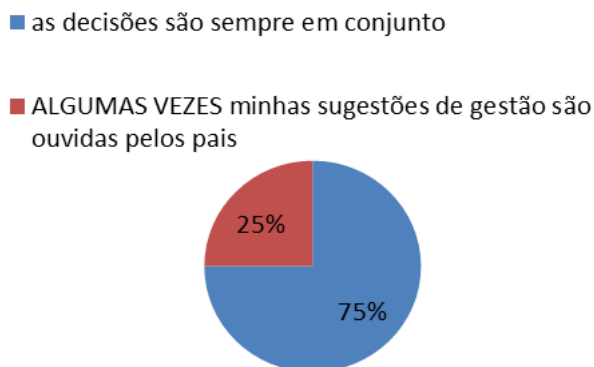
Na Figura 17 observa-se que, de modo geral, o público em estudo atribuiu o êxodo rural dos jovens do município à falta de políticas públicas de incentivo à sucessão rural, fato que deverá ser considerado pelo poder público municipal à fim de dar maior atenção à esta demanda apontada pelos próprios jovens, em prol da garantia futura de sustentabilidade econômica do município, a qual tem por base o setor primário. Outro ponto que se destaca neste dado é com relação à importância que os pais estão dando à sucessão rural nas propriedades. Existe a eminente necessidade de estimular os pais a incentivar que seus filhos estudem, mas que também deem sequência às atividades produtivas rurais, uma vez que os tempos mudam e a vida nas cidades atualmente não dá garantia de sucesso pessoal nem profissional e, muito menos, qualidade de vida, assim como já foi apontado pelos próprios jovens no presente estudo.

Existe ainda a resistência dos pais em dar autonomia aos jovens ou deixar que eles participem da gestão nas propriedades e nas atividades de produção. Nas propriedades dos jovens em estudo, 85% deles responderam que as decisões de gestão são sempre tomadas em conjunto, no entanto, 15% dos jovens alegaram que apenas algumas vezes as suas sugestões de gestão são ouvidas pelos pais.

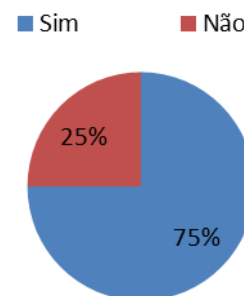
Uma pesquisa desenvolvida por Breitenbach e Corazza (2021), com jovens rurais do Rio Grande do Sul também revelou que o processo de sucessão rural tem sido comprometido em função de que os genitores têm limitado a participação dos jovens nos processos gerenciais das propriedades, especialmente na tomada de decisões. Esta mesma pesquisa apontou que apenas 28,1% jovens afirmaram participar da tomada de decisões, enquanto 48,1% deles informaram que apenas auxiliam nas atividades de produção e concluiu que as chances de ocorrer a sucessão são maiores quando eles são inseridos nas atividades de gestão e trabalho dentro das propriedades rurais.

A resistência dos pais em deixar os filhos participarem da gestão dos empreendimentos rurais além de dificultar muitas vezes o desenvolvimento econômico das propriedades, também acabam desestimulando os jovens a permanecer no meio rural. Conforme revelou o presente estudo, o fato de receber a propriedade como herança motiva a sucessão rural para 85% dos jovens em estudo já para 15% deles este elemento não interfere. As Figuras 18 e 19 apresentadas a seguir representam os dados descritos acima.

**Figura 18** – Tomada de decisões de gestão nas propriedades em estudo



**Figura 19** – Receber a propriedade de herança como motivo para a sucessão



Fonte: Elaborados pelo autor.

Em complementação aos dados apresentados anteriormente, a pesquisa desenvolvida por Breitenbach e Corazza (2021), destacou que nas propriedades da agricultura familiar onde as áreas de terras disponíveis aos sucessores são menores, é fundamental que ocorra a inovação e a diversificação das propriedades. A diversificação possibilita tornar as

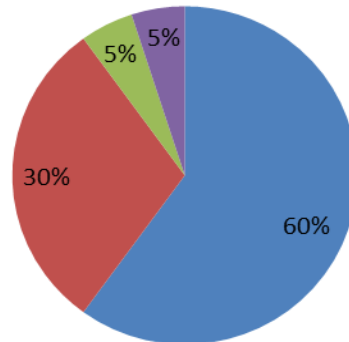
propriedades mais atrativas e rentáveis, corroborando para o aumento do interesse dos jovens pelo meio rural, pelas atividades produtivas e, pela propriedade rural como um todo.

Durante a análise dos resultados do presente estudo também foi possível identificar os principais fatores que levam os jovens rurais de Relvado a deixar as propriedades e buscar novas oportunidades nas cidades, assim como foi possível observar quais fatores são determinantes para que os jovens se mantenham nas propriedades e se tornem potenciais sucessores rurais. Neste aspecto, o levantamento apontou que 100% dos jovens em estudo consideram importante a criação de um programa ou projeto voltado à sucessão rural no município, o que certamente remete à uma urgente ação pública para trabalhar a sucessão rural em amplo aspecto no território municipal. Tal ação poderia ser idealizada inicialmente nas escolas, com o desenvolvimento de projetos que dêem maior visibilidade ao trabalho rural e as atividades primárias que geram renda no município. A valorização do homem do campo precisa ser trabalhada desde cedo para conscientizar crianças e jovens sobre a importância do trabalho rural. Outras ações também podem ser idealizadas pelo setor público para trabalhar com o público adulto, os pais dos futuros sucessores. Os pais também precisam conseguir visualizar a importância da sucessão rural e de ouvir as ideias, permitir que participem da gestão das propriedades, dando-lhes autonomia e remuneração pelo trabalho.

Na pesquisa, ao analisar o que falta para motivar os jovens em geral a fazerem a sucessão rural no município, 60% destacaram as políticas públicas voltadas à sucessão rural e 30% apontaram que falta mais incentivo por parte dos pais. O restante dos jovens que totalizam os outros 10%, apontaram outros elementos, conforme pode ser observado na Figura 20, apresentada na sequência.

**Figura 20** – O que falta para motivar os jovens a fazer a sucessão rural em Relvado

- políticas públicas voltadas à sucessão rural
- maior incentivo por parte dos pais
- Outro: maior incentivo do poder público e de instituições financeiras para os investimentos no meio rural
- Outro: ter gosto pela profissão, pois não basta ter políticas públicas e apoio dos pais se a pessoa não gosta do que faz.



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Esses resultados enfatizam que os jovens rurais de Relvado querem e esperam por políticas públicas voltadas à sucessão, mas que também precisam do incentivo e apoio familiar. Como mencionado anteriormente, para trabalhar a sucessão rural não basta envolver os jovens, mas também os pais, já que são eles os principais responsáveis por transmitir aos filhos o amor pela profissão e o orgulho de ser trabalhador rural, fatores que são muito observados pelas crianças e que pode consolidar ou não a vocação de um jovem.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O êxodo rural é um problema eminente capaz de impactar a economia municipal, estadual e nacional, agravado também nas últimas décadas pela falta de sucessão familiar nas propriedades rurais. Os efeitos destes impactos podem ser sentidos com maior intensidade nos municípios essencialmente agrícolas, especialmente àqueles da agricultura familiar.

O pequeno município agrícola de Relvado/RS está entre os três municípios do estado do Rio Grande do Sul e do país com maior percentual de idosos em relação ao número de habitantes e precisa se preocupar desde já a criar alternativas para garantir a continuidade das atividades produtivas do setor primário, a fim de manter a sustentabilidade econômica local, ou seja, precisa se preocupar com a sucessão rural nas propriedades.

O presente trabalho buscou identificar os fatores que determinam a permanência dos jovens no meio rural e o processo de sucessão familiar nas propriedades do município de Relvado/RS. Para isso, foi verificado o papel das integradoras na decisão do jovem em permanecer nas propriedades, os fatores relacionados à infraestrutura das propriedades capazes de influenciar a permanência dos jovens no meio rural e, como as perspectivas dos jovens do meio rural afetam o desenvolvimento socioeconômico do município.

Com relação ao papel das integradoras na decisão do jovem em permanecer nas propriedades, os resultados apontaram que as atividades de criação animal integrada tais como a avicultura e a suinocultura, têm papel fundamental na escolha dos jovens em permanecer nas propriedades. No entanto, nas propriedades em estudo, estas atividades estão sempre associadas à bovinocultura de leite, o que garante a renda familiar mensal, refletindo positivamente também para a melhora da qualidade de vida das famílias.

O estudo demonstrou também que as atividades de criação animal (avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite) são as principais fontes de renda familiar nas propriedades que as possuem e, somadas ao fato de serem estas atividades que garantem o maior retorno de ICMS ao município de Relvado/RS, conclui-se que, a continuidade destas atividades pelos jovens é, sem dúvida, a garantia de um maior desenvolvimento socioeconômico local e de forma sustentável, pela manutenção dos jovens no campo.

Quanto aos fatores relacionados à infraestrutura das propriedades capazes de influenciar a permanência dos jovens no meio rural verificou-se que os jovens em estudo possuem acesso às tecnologias tais como computador, TV por assinatura e internet, que lhes proporcionam lazer e informação, mesmo distantes dos centros urbanos, contribuindo para a sua permanência no campo. Constatou-se ainda que a mecanização nas propriedades é um

elemento extremamente importante para a permanência dos jovens no campo, possibilitando menor esforço físico e mais agilidade na execução dos trabalhos do dia-a-dia rural.

Com relação às perspectivas dos jovens do meio rural e a sua influência no desenvolvimento socioeconômico do município, os resultados obtidos destacam a relevância do presente estudo desenvolvido no território municipal. Os jovens em estudo apontaram que a principal vantagem de viver no meio rural atualmente é por ter maior qualidade de vida, no entanto, a maior desvantagem é o fato de não ter férias e/ou finais de semana livres. Neste sentido, é possível observar que os jovens entendem que a qualidade de vida do meio rural é superior àquela do meio urbano, porém é preciso abdicar de alguns privilégios desfrutados por quem vive do meio urbano. Além disso, o estudo revelou que elementos como a falta de infraestrutura e maquinários nas propriedades, a falta de apoio e incentivo dos pais e, até mesmo a falta de afeição/gosto pelo trabalho são os fatores determinantes para a decisão dos jovens em permanecer ou não nas propriedades e fazer a sucessão familiar. O fato de receber a propriedade como herança também se mostrou ser um importante elemento para motivar a sucessão rural nas propriedades da agricultura familiar estudadas no município.

Considerando os resultados, os impactos da não sucessão rural para o desenvolvimento econômico do município de Relvado serão de fato, inicialmente mais restritos à agricultura. No entanto, por se tratar de um município com economia essencialmente agrícola baseada na agricultura familiar, os reflexos da falta de sucessão serão sentidos por todos os setores econômicos do município e até mesmo na região. Isso porque, tendo em vista a menor produtividade das propriedades rurais do município, a renda destas famílias fica comprometida e, com menos renda, menor serão seus gastos no comércio e serviços locais. Com menos jovens para dar continuidade às atividades de produção primária, implantando novos empreendimentos e ampliando os processos produtivos locais, reduz-se por consequência a arrecadação municipal (ICMS), o que impactará nos investimentos básicos destinados à população local, tais como em saúde, educação, infraestrutura dentre outros.

Neste sentido, para assegurar que de fato ocorra um maior desenvolvimento socioeconômico no território municipal é necessário, conforme apontou o estudo, que ocorram duas coisas primordiais:

- a) políticas públicas para estimular a sucessão rural nas propriedades do município e;
- b) maior incentivo dos pais para estimular os jovens a permanecer no meio rural, dando-lhes mais autonomia, remuneração pelo trabalho e deixando-os participar da gestão das propriedades, possibilitando um olhar inovador sobre as atividades

produtivas e o conseqüente desenvolvimento das propriedades no contexto que emerge no mercado atual.

## REFERÊNCIAS

- AHLERT, Lucildo; CHEMIN, Beatris Francisca. A sucessão patrimonial na agricultura familiar. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 17, n. 1, p. 49-74, 2010. Disponível em: <http://univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/533/525>. Acesso em: 16 set. 2021.
- BERTOLINI, Maria Madalena; PAULA FILHO, Pedro Luiz; MENDONÇA, Saraspathy Naidoo Terroso Gama. A importância da agricultura familiar na atualidade. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA AGRICULTURA - CIAGRO 2020, Recife, 2020. **Anais [...]**. Recife: Instituto IDV, 2020. Disponível em: <https://ciagro.institutoidv.org/ciagro/uploads/1520.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.
- BOSCARDIN, Mariele; CONTERATO, Marcelo Antonio. As mudanças nos padrões sucessórios e suas implicações no destino das propriedades entre agricultores familiares no norte do Rio Grande do Sul: Changes in patterns of land succession and their implications for the destination of properties among family farmers in the north of Rio Grande do Sul. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 671-695, 2017. Disponível em: [https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA25-3\\_09\\_as\\_mudancas](https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA25-3_09_as_mudancas). Acesso em: 25 mar. 2022.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 11.129, de 30 de junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº s 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília, DF. 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111129.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111129.htm). Acesso em: 15 mar. 2022.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm). Acesso em: 19 set. 2021.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Agricultura familiar: afinal, o que é agricultura familiar? Acesse para conhecer essa atividade, responsável por boa parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. **Gov.br**, 26 ago. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 19 set. 2021.
- BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela. Ser ou não ser sucessor? O que almejam os jovens rurais do Rio Grande do Sul. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud, v. 19, n. 3, p. 10, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8120520>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- BREITENBACH, Raquel; TROIAN, Alessandra. Permanência e sucessão no meio rural: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 56, n. 1, p. 26-37, 2021. Disponível em:



<https://www.redalyc.org/journal/938/93868385003/93868385003.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2022.

BRIZZOLLA, Maria Margarete Baccin *et al.* Sucessão familiar em propriedades rurais. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 10, e9169109408-e9169109408, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9408/8359>. Acesso em: 04 out. 2021.

BURILLE, Cezar. **Gestão de propriedades rurais: teoria e prática aplicada na gestão de propriedades rurais familiares**. Santa Cruz do Sul: Gazeta Santa Cruz, 2019.

CARBONI, Josiane *et al.* Diagnóstico das unidades de produção de Avicultura e Suinocultura do Município de Relvado, Vale do Taquari, RS, Brasil. **Ambiência**, Guarapuava, v. 8, n. 3, p. 941-959, 2012. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/1420/1852>. Acesso em: 05 mai.2022.

CARVALHO, Amanda Loiola. Sucessão: Dilemas encontrados pela juventude para permanência no campo. **Revista de Ciência Política, Direito e Políticas Públicas** Politi(k) Con. Unemat, v. 1, n. 1, p. 113-128, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/politikcon/article/view/5354/4121>. Acesso em: 20 set. 2021.

COMPARIN, Aline. **Sucessão rural: motivos que influenciam o jovem a permanecer ou não nas propriedades rurais**. 2015. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Agronomia) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1486/1/COMPARIN.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

CRUZ, José de Jesus; LIMA, José Raimundo de Oliveira; CAMPOS, Laisa Kelle Cardoso. Agricultura familiar: a feira agroecológica como base para o empoderamento feminino. **Cadernos Macambira**, Serrinha, v. 5, n. 2, p. 126-131, 2020. Disponível em: <http://www.revista.lapprudes.net/index.php/CM/article/view/550>. Acesso em: 25 mar. 2022.

DEL GROSSI, Mauro. A identificação da agricultura familiar no censo agropecuário 2017. **Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, Florianópolis, v. 8, n. 16, p. 46-61, 2019. Disponível em: <https://nexos.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4316/3245>. Acesso em: 13 jun. 2022.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017. Disponível em: [https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura\\_Familiar.pdf](https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf). Acesso em: 05 mai. 2022.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL – FETAG/RS. **Agricultura e pecuária familiar**. [2021]. Disponível em: <http://fetags.org.br/agricultura-e-pecuaria-familiar/>. Acesso em: 14 set. 2021.

FRANCISCON, Tiago. **Êxodo rural no município de Viadutos: a permanência no campo é possível?** 2019. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) - Universidade

Federal da Fronteira Sul, Erechim, RS. Disponível em:  
<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3621>. Acesso em 22 mar. 2022.

GUILHOTO, Joaquim *et al.* A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados (Family agriculture's gdp in Brazil and in it's states). *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS*, 5., 2007. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2408072](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2408072). Acesso em: 05 maio 2022.

HAAS, Tiago Alex. **A sucessão familiar rural e as relações intergeracionais no distrito de Alto Erval Novo, município de Três Passos/RS**. 2013. Trabalho de conclusão de curso (Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Porto Alegre, RS. Disponível em:  
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/87438/000907281.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 jun. 2022.

HEIN, André Fernando; DA SILVA, Nardel Luiz Soares. A insustentabilidade na agricultura familiar e o êxodo rural contemporâneo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 394-417, 2019. Disponível em:  
<https://www.redalyc.org/journal/5999/599962752012/599962752012.pdf>. Acesso em 21 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **População: Relvaldo/RS**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/relvado/panorama>. Acesso em: 16 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário**. 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096>. Acesso em: 01 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010**. 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv54598.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA: **População**. 2020. Disponível em:  
<https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>. Acesso em: 24 jul. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Instrução Normativa Especial de nº 27, de 01 de junho de 2000**. 2000. Disponível em:  
[https://antigo.incra.gov.br/media/docs/indices\\_basicos\\_2013\\_por\\_municipio.pdf](https://antigo.incra.gov.br/media/docs/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf) e  
<https://www.lefisc.com.br/regulamentos/in45/appendiceV.asp>. Acesso em: 05 mai. 2022.

KRUGER, Silvana Dalmutt *et al.* Fatores determinantes para a sucessão familiar em estabelecimentos rurais da região oeste de Santa Catarina. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 25, n. 4, p. 57-70, 2018. Disponível em:  
<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/30576/pdf>. Acesso em: 31 maio 2022.

LORINI, Jonei. **Importância da diversificação para a sucessão rural no município de Nova Alvorada-RS**. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER) – Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Camargo, RS. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/179791>. Acesso em: 16 set. 2021.

MATTE, Alessandra; MACHADO, João Armando Dessimon. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, Mato Grosso, v. 18, n. 37, p. 130-151, 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/3981/pdf>. Acesso em: 16 set. 2021.

PAULA, José Fabiano de; TASCETTO, Leonidas Roberto. O global e o local na contemporaneidade: Percepções do fenômeno do êxodo rural no Extremo Oeste Catarinense. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 26, n. 1, p. 189-206, 2019. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/11104/6354>. Acesso em 22 mar. 2022.

PIEPER, Naiara Walter. **Sucessão rural familiar: desafios e perspectivas no município de Catuípe-RS**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, RS. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/2599/VF%20%20-%20Naiara%20Walter%20Pieper.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 set. 2021.

RAMBORGGER, Bibiana Melo. **Sucessão geracional em sistemas integrados de suínos e aves no Vale do Taquari/RS**. 2018. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Agronegócios) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/181094/001073082.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 31 mai. 2022.

RELVADO. Prefeitura Municipal. **Lei Ordinária nº 1.374, de 15 de junho de 2015**. Dá nova redação a Lei nº 904/2008 de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação do município de Relvado-RS, para o decênio 2015 a 2024 e dá outras providências. Relvado, 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/r/relvado/lei-ordinaria/2015/138/1374/lei-ordinaria-n-1374-2015-da-nova-redacao-a-lei-n-904-2008-de-15-de-maio-de-2008-que-dispoe-sobre-o-plano-municipal-de-educacao-do-municipio-de-relvado-rs-para-o-decenio-2015-a-2024-e-da-outras-providencias?r=p>. Acesso em: 19 mar. 2022.

RELVADO. Prefeitura Municipal. **Arquivos Prefeitura Municipal**. 2022.

SANTOS, Alessio Moreira dos; MITJA, Danielle. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. **Interações**, Campo Grande, v. 13, p. 39-48, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1518-70122012000100004>. Acesso em: 21 mar. 2022.

SCHUSTER, Cleber. **O êxodo rural em Arvorezinha e suas possíveis causas: um estudo de caso no Alto Vale do Taquari-RS**. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/179978>. Acesso em: 22 set. 2021.

SILVA, Sergio Souza; ANTONIAZZI, Elisiane Aparecida; NOVAK, Maricléia Aparecida Leite. O Pronaf como instrumento de fixação do agricultor familiar no campo, evitando o êxodo rural. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, Criciúma, v. 5, n. 2, p. 66-93, 2019. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/RDSD/article/view/4545>. Acesso em 21 mar. 2022.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Métodos de pesquisa. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **A pesquisa científica**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 31-42.

SOUZA JÚNIOR, Carlos M. *et al.* Reconstructing three decades of land use and land cover changes in brazilian biomes with landsat archive and earth engine. **Remote Sensing**, v. 12, n. 17, 10.3390/rs12172735, 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2072-4292/12/17/2735/htm>. Acesso em: 10 maio 2022.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 19, p. 789-802, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v19i4.1768>. Acesso em: 05 maio 2022.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007. Disponível em: [https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/168101/mod\\_forum/attachment/267608/o\\_estudo\\_de\\_caso\\_como\\_modalidade\\_de\\_pesquisa.pdf](https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/168101/mod_forum/attachment/267608/o_estudo_de_caso_como_modalidade_de_pesquisa.pdf). Acesso em 07 out. 2021.

WEBER, Tomás Antônio. **Conhecendo a problemática enfrentada por jovens rurais para realizar a sucessão rural no município de Venâncio Aires/RS**. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/180262/001066855.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 abr. 2022.

ZANETTI, Tainá Emanuelen. **Aspectos relativos ao processo sucessório em propriedades rurais familiares no Oeste Catarinense**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/4500/1/ZANETTI.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2022.

ZANIN, Antônio *et al.* Apuração de custos no manejo da produção leiteira: uma análise comparativa entre o sistema tradicional e o sistema freestall. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS-ABC, 21., 2014, Natal. **Anais [...]**. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3745/3746>. Acesso em: 07 out. 2021.

**APÊNDICE A – ENTREVISTA/QUESTIONÁRIO APLICADO AOS JOVENS**

1. Idade:.....
2. Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino
3. Escolaridade:
  - ( ) Ensino Fundamental incompleto
  - ( ) Ensino Fundamental completo
  - ( ) Ensino Médio incompleto
  - ( ) Ensino Médio completo
  - ( ) Ensino Superior incompleto
  - ( ) Ensino Superior completo
  - ( ) Curso Técnico ou Profissionalizante incompleto
  - ( ) Curso Técnico ou Profissionalizante completo
  - ( ) Outro: Qual?.....
4. Qual é o tamanho total da sua propriedade rural, em hectares?
  - ( ) até 10 hectares
  - ( ) de 11 a 20 hectares
  - ( ) de 21 a 30 hectares
  - ( ) de 31 a 40 hectares
  - ( ) de 41 a 50 hectares
  - ( ) acima de 51 hectares. Quantos? .....
5. Quantas pessoas (incluindo você) moram na propriedade? .....
6. Existe atividade de criação integrada na propriedade?
  - ( ) Avicultura
  - ( ) Suinocultura
  - ( ) Bovinocultura de leite
  - ( ) NÃO há atividade de criação integrada na propriedade, apenas agricultura
7. Quanto importante é a atividade de criação integrada da propriedade para a sua escolha de permanecer ou não na propriedade. (Escolha apenas uma opção)
  - ( ) 0 não tem importância
  - ( ) 1 baixíssima importância
  - ( ) 2 baixa
  - ( ) 3 moderada
  - ( ) 4 alta
  - ( ) 5 extremamente importante
8. Qual é renda média mensal da propriedade?
  - ( ) até 1 salário mínimo
  - ( ) mais que 1 até 3 salários mínimos
  - ( ) mais de 3 até 6 salários mínimos
  - ( ) mais de 6 salários mínimos

9. Qual é a **principal** atividade econômica (fonte de renda) da propriedade atualmente? (Escolha apenas uma opção)
- ( ) Agricultura  
 ( ) Avicultura  
 ( ) Suinocultura  
 ( ) Bovinocultura de leite  
 ( ) Outra. Qual?.....
10. Você tem em casa: computador, acesso a internet, TV por assinatura?
- ( ) sim, todos  
 ( ) sim, computador  
 ( ) sim, computador e internet  
 ( ) sim, internet  
 ( ) sim, computador e TV por assinatura  
 ( ) sim, somente TV por assinatura  
 ( ) não, em casa não tenho acesso a nenhum deles
11. Com que frequência você tem ou faz atividades relacionadas ao lazer:
- ( ) 1 vez por semana  
 ( ) 2 vezes por semana  
 ( ) 3 vezes por semana  
 ( ) 4 vezes por semana  
 ( ) não tenho atividades de lazer
12. Você tem na propriedade: trator, plantadeira, ensiladeira e outros equipamentos afins?
- ( ) trator (com concha). Quantos? .....
- ( ) trator (sem concha). Quantos? .....
- ( ) plantadeira  
 ( ) ensiladeira  
 ( ) Não possuo nenhum desses maquinários
13. Quanto importante é o fato de a propriedade possuir diferentes maquinários, para a sua escolha de permanecer na propriedade e fazer a sucessão rural? (Escolha apenas uma opção)
- ( ) 0 não tem importância  
 ( ) 1 baixíssima importância  
 ( ) 2 baixa  
 ( ) 3 moderada  
 ( ) 4 alta  
 ( ) 5 extremamente importante
14. Na sua opinião, qual é a **PRINCIPAL** vantagem e desvantagem de viver no meio rural para um jovem na atualidade? (Marque apenas uma vantagem e uma desvantagem)
- | <b>VANTAGEM</b>                  | <b>DESVANTAGEM</b>  |
|----------------------------------|---|
| ( ) maior qualidade de vida      | ( ) trabalho pesado   |
| ( ) mais tempo livre             | ( ) longa jornada de trabalho diária                                    |
| ( ) não ter chefe/patrão         | ( ) não ter férias e/ou finais de semana livres                         |
| ( ) maior remuneração financeira | ( ) dificuldade de encontrar uma companheira(o) que fique no meio rural |
| ( ) Outra. Qual?<br>.....        | ( ) Outra. Qual? .....  |

15. Qual é ou seria o **PRINCIPAL** fator determinante para a sua **PERMANENCIA** e para a sua **SAÍDA** da propriedade rural? (Marque apenas uma opção em cada coluna)

<b>Determinante para a PERMANENCIA</b>	<b>Determinante para a SAÍDA</b>
<input type="checkbox"/> a propriedade já estar bem infraestrutura	<input type="checkbox"/> falta de infraestrutura, precisa muito investimento para desenvolver a propriedade
<input type="checkbox"/> ter fácil acesso à informação	<input type="checkbox"/> dificuldade de acesso à informação
<input type="checkbox"/> gosto pelo trabalho/vocação	<input type="checkbox"/> não ter gosto pelo trabalho
<input type="checkbox"/> possuir maquinários próprios que facilitam o trabalho no campo	<input type="checkbox"/> não possuir maquinários próprios para o trabalho, dependendo de terceiros
<input type="checkbox"/> possuir área de terra suficiente para a atividade produtiva da propriedade	<input type="checkbox"/> área de terra insuficiente para desenvolver a propriedade
<input type="checkbox"/> encontrar um parceiro(a)/companheiro(a)	<input type="checkbox"/> dificuldade de encontrar um parceiro(a)/companheiro(a)
<input type="checkbox"/> ter garantia da propriedade como herança	<input type="checkbox"/> não ter a ter garantia da propriedade como herança
<input type="checkbox"/> ter incentivo e apoio dos pais	<input type="checkbox"/> não ter incentivo e apoio dos pais
<input type="checkbox"/> poder gerenciar o meu tempo livre	<input type="checkbox"/> não ter folga ou férias
<input type="checkbox"/> Outro. Qual? .....	<input type="checkbox"/> Outro. Qual? .....

16. Na sua opinião, qual é o **PRINCIPAL** motivo que leva os jovens a saírem das propriedades rurais de Relvado? (Escolha apenas uma opção)

- não ter incentivo dos pais
- não ter afeição/gosto pelo trabalho
- não receber remuneração dos pais pelo trabalho
- propriedades pequenas
- poucos maquinários na propriedade
- falta de políticas públicas de incentivo à sucessão rural
- outro. Qual? .....

17. As decisões quanto à gestão da propriedade são feitas em conjunto ou apenas o(s) responsável(is) (pais) é quem decidem o que fazer e de que modo fazer?

- somente o(s) pai(is) decide(m)
- as decisões são sempre em conjunto
- ALGUMAS VEZES minhas sugestões de gestão são ouvidas pelos pais
- minhas sugestões de gestão NUNCA ou RARAMENTE são ouvidas pelos pais

18. O fato de receber a propriedade como herança poderia motivar a escolha pela continuidade nos trabalhos agrícolas na propriedade?  Sim  Não

19. Você considera importante a criação de um programa/projeto voltado à sucessão rural, no município de Relvado?  Sim  Não

20. Na sua opinião, o que deve haver para que os jovens se sintam motivados a fazer a sucessão rural nas propriedades do município de Relvado? (Escolha apenas uma opção)

- maior incentivo por parte dos pais
- políticas públicas voltadas à sucessão rural
- Outro. Qual?.....

**APÊNDICE B – QUADRO DOS RESULTADOS ABSOLUTOS DO QUESTIONÁRIO  
REALIZADO COM OS JOVENS RURAIS**

<b>Nº da questão</b>	<b>Respostas</b>	<b>Nº de pessoas</b>	<b>Percentual equivalente</b>	<b>Figura representada no texto</b>
<b>1</b>	17 anos	2	10%	-
	18 anos	5	25%	
	19 anos	1	5%	
	20 anos	1	5%	
	22 anos	1	5%	
	23 anos	2	10%	
	25 anos	1	5%	
	26 anos	2	10%	
	27 anos	1	5%	
	28 anos	1	5%	
	29 anos	3	15%	
	Total	20	100%	
<b>2</b>	Mulheres	4	20%	-
	Homens	16	80%	
	Total	20	100%	
<b>3</b>	Ensino Fundamental incompleto	1	5%	Figura 3
	Ensino Médio Incompleto	6	30%	
	Ensino Médio completo	13	65%	
	Total	20	100%	
<b>4</b>	de 11 a 20 hectares	5	25%	Figura 4
	de 21 a 30 hectares	7	35%	
	de 31 a 40 hectares	2	10%	
	de 41 a 50 hectares	2	10%	
	maiores de 51 hectares	4	20%	
	Total	20	100%	
<b>5</b>	família composta por 2 pessoas	2	10%	-
	família composta por 3 pessoas	6	30%	
	família composta por 4 pessoas	7	35%	
	família composta por 5 pessoas	2	10%	
	família composta por 6 pessoas	2	10%	
	família composta por 7 pessoas	1	5%	
	Total	20	100%	
<b>6</b>	Avicultura e Bovinocultura de leite	6	30%	Figura 5
	Suinocultura e Bovinocultura de leite	4	20%	
	Bovinocultura de leite	7	35%	
	somente agricultura	3	15%	
	Total	20	100%	
<b>7</b>	extremamente importante	9	45%	Figura 6
	importância alta	6	30%	
	importância moderada	1	5%	
	baixa importância	1	5%	
	não tem importância	3	15%	
	Total	20	100%	
<b>8</b>	mais que 1 até 3 salários-mínimos	3	15%	Figura 8
	mais de 3 até 6 salários-mínimos	9	45%	
	mais de 6 salários-mínimos	8	40%	
	Total	20	100%	
<b>9</b>	bovinocultura de leite	12	60%	Figura 7
	suinocultura	3	15%	
	agricultura	2	10%	



Nº da questão	Respostas	Nº de pessoas	Percentual equivalente	Figura representada no texto
	avicultura	1	5%	
	Outra: bovinocultura de corte	1	5%	
	Outra: fumericultura	1	5%	
	Total	20	100%	
<b>10</b>	sim, todos (computador, internet e TV por assinatura)	11	55%	Figura 9
	sim, computador e internet	9	45%	
	Total	20	100%	
<b>11</b>	1 vez por semana	8	40%	Figura 10
	2 vezes por semana	5	25%	
	3 vezes por semana	6	30%	
	4 vezes por semana	1	5%	
	Total	20	100%	
<b>12</b>	Não possuo nenhum desses maquinários	3	15%	Figura 11
	1 trator (sem concha)	1	5%	
	1 trator (com concha)	2	10%	
	1 trator (sem concha), plantadeira	1	5%	
	2 tratores (sem concha), plantadeira	1	5%	
	1 trator (sem concha), plantadeira, ensiladeira	3	15%	
	2 tratores (sem concha), plantadeira, ensiladeira	3	15%	
	1 trator (com concha), 1 trator (sem concha), ensiladeira	1	5%	
	1 trator (com concha), 1 trator (sem concha), plantadeira, ensiladeira	1	5%	
	1 trator (com concha), 1 trator (sem concha), plantadeira, ensiladeira	2	10%	
	1 trator (com concha), 2 tratores (sem concha), plantadeira, ensiladeira	2	10%	
	Total	20	100%	
	<b>13</b>	5 extremamente importante	12	
4 alta		2	10%	
3 moderada		4	20%	
2 baixa		1	5%	
0 não tem importância		1	5%	
Total		20	100%	
<b>14</b> VANTAGEM de viver no meio rural	maior remuneração financeira	5	25%	Figura 13
	não ter chefe/patrão	5	25%	
	maior qualidade de vida	8	40%	
	mais tempo livre	1	5%	
	Outra: gosto pelo trabalho	1	5%	
	Total	20	100%	
<b>14</b> DESVANTAGEM de viver no meio rural	não ter férias e/ou finais de semana livres	9	45%	Figura 14
	longa jornada de trabalho diária	4	20%	
	trabalho pesado	4	20%	
	dificuldade de encontrar uma companheira(o) que fique no meio rural	2	10%	
	Outra: Falta de valorização dos produtos	1	5%	
	Total	20	100%	
	<b>15</b> Fator determinante para a PERMANÊNCIA na propriedade	a propriedade já estar bem infraestrutura	9	
gosto pelo trabalho/vocação		9	45%	
possuir maquinários próprios que facilitam o trabalho no campo		1	5%	
possuir área de terra suficiente para a atividade produtiva da propriedade		1	5%	
Total		20	100%	

Nº da questão	Respostas	Nº de pessoas	Percentual equivalente	Figura representada no texto
<b>15</b> Fator determinante para a SAÍDA da propriedade	falta de infraestrutura, precisa muito investimento para desenvolver a propriedade	5	25%	Figura 16
	não ter incentivo e apoio dos pais	4	20%	
	não ter folga ou férias	3	15%	
	não ter gosto pelo trabalho	3	15%	
	não possuir maquinários próprios para o trabalho, dependendo de terceiros	2	10%	
	área de terra insuficiente para desenvolver a propriedade	1	5%	
	não ter a ter garantia da propriedade como herança	1	5%	
	OUTRO: assuntos pessoais	1	5%	
	Total	20	100%	
<b>16</b>	falta de políticas públicas de incentivo à sucessão rural	7	35%	Figura 17
	não ter afeição/gosto pelo trabalho	5	25%	
	não ter incentivo dos pais	5	25%	
	não receber remuneração dos pais pelo trabalho	2	10%	
	poucos maquinários na propriedade	1	5%	
	Total	20	100%	
<b>17</b>	as decisões são sempre em conjunto	15	75%	Figura 18
	ALGUMAS VEZES minhas sugestões de gestão são ouvidas pelos pais	5	25%	
	Total	20	100%	
<b>18</b>	Sim	15	75%	Figura 19
	Não	5	25%	
	Total	20	100%	
<b>19</b>	Sim	20	100%	-
	Total	20	100%	
<b>20</b>	políticas públicas voltadas à sucessão rural	12	60%	Figura 20
	maior incentivo por parte dos pais	6	30%	
	Outra: maior incentivo do poder público e de instituições financeiras para os investimentos no meio rural	1	5%	
	Outra: ter gosto pela profissão, pois não basta ter políticas públicas e apoio dos pais se a pessoa não gosta do que faz	1	5%	
	Total	20	100%	